



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E**  
**TERRITÓRIO - PPGCULT**

**DYEGO MARTINS PESSEGO**

**PERSPECTIVAS DO COMUM NAS PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS DO**  
**“BIQUINHO” NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA APA-TO**

**Araguaína, TO**  
**2023**

**Dyego Martins Pessego**

**PERSPECTIVAS DO COMUM NAS PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS DO  
“BIQUINHO” NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA APA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudo de Cultura e Território.

Linha de Pesquisa 1: Natureza, Poder e Territorialidades.

Orientador: Prof. Doutor Elias da Silva

**Araguaína, TO**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

P475p Pessego, Dyego Martins.  
Perspectivas do comum nas práticas socioterritoriais do  
"biquinho" no âmbito de atuação da APA-TO. / Dyego Martins  
Pessego. – Araguaína, TO, 2023.  
113 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do  
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-  
Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2023.  
Orientador: Elias da Silva

1. Comum. 2. Territorialidade. 3. Biquinho. 4. APA-TO. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha  
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**Dyego Martins Pessego**

**PERSPECTIVAS DO COMUM NAS PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS DO  
“BIQUINHO” NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA APA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – (PPGCULT), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudo de Cultura e Território.

Data de Aprovação 27/11/2023

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Elias da Silva (UFNT)  
Orientador

---

Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior (UFNT)  
Avaliador

---

Profa. Dra. Mariana Leal Conceição Nóbrega (SAF)  
Avaliadora

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, fonte de inspiração e sabedoria, que me deu forças para superar todos os obstáculos que, durante este percurso, atravessaram meu caminho. Obrigado, meu Senhor e meu Deus, pela tua Luz Divina e Misericórdia.

Agradeço também a Virgem Maria, Mãe de Jesus, por sua constante intercessão em minha vida. Sinto-me abençoado e protegido por sua presença amorosa, que tem sido uma fonte de conforto e orientação ao longo dessa pesquisa.

Pela constante intercessão de Padre Josimo Moraes Tavares, mártir da terra, sua intercessão tem sido um farol de orientações nas horas de incertezas, e sua memória é um lembrete constante de que a verdade e a justiça nunca devem ser comprometidas. Sua vida exemplar continua a impactar as almas daqueles que buscam conforto, esperança e crença em algo maior.

Em especial, devo agradecimentos ao orientador Dr. Elias Silva, que foi mais que um orientador, foi um amigo e esteve presente em todos os momentos da minha trajetória no curso, acompanhando e orientando minha pesquisa.

Agradeço aos professores, Dra. Mariana Leal e Dr. Dernival Venâncio que gentilmente aceitaram o convite para compor esta banca na perspectiva de contribuir com seus conhecimentos para o enriquecimento deste trabalho e os demais professores do PPGCult.

À minha querida comadre Kaila, minha sincera gratidão por toda a ajuda e apoio que gentilmente ofereceu. Sua disponibilidade em corrigir esta produção, não apenas demonstra sua dedicação, mas também reflete o verdadeiro espírito de amizade e colaboração.

Prezados membros da APA-TO, gostaria de expressar minha profunda gratidão, em especial ao senhor Francisco Gomes, João Palmeira e Selma Yuki, pela dedicação e generosidade demonstradas ao longo da minha jornada de pesquisa. Sua contribuição inestimável e a disponibilidade de tempo que compartilharam foram fundamentais para o sucesso de nossa pesquisa.

A APA-TO não apenas abriu suas portas, mas também seus corações, permitindo-nos mergulhar no mundo da pequena agricultura no Tocantins de maneira significativa. A paciência com que responderam às nossas perguntas, compartilharam seus conhecimentos e nos orientaram em nossa busca por informações é um

testemunho da dedicação e paixão que vocês têm pelas comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho”.

O apoio fornecido por cada um de vocês foi uma inspiração constante e nos motivou a superar desafios durante a pesquisa. Suas histórias e perspectivas enriqueceram nosso trabalho e nos deram uma visão mais profunda das realidades enfrentadas pela pequena agricultura no Tocantins.

Que este agradecimento alcance vocês como um reflexo sincero da minha apreciação. Saibam que suas contribuições não foram em vão e que o impacto positivo de sua generosidade será sentido em meu trabalho e além, muito obrigado!

Gostaria de estender meus sinceros agradecimentos aos meus entrevistados, cujas contribuições diretas e indiretas foram fundamentais para o sucesso da minha pesquisa. Suas perspectivas e relatos desempenharam um papel crucial no enriquecimento e na validação dos resultados alcançados.

A generosidade com que compartilharam seu tempo, conhecimento e experiências é verdadeiramente apreciada. Cada conversa foi uma oportunidade valiosa para aprender, compreender e capturar a complexidade do assunto abordado.

Saibam que suas vozes foram ouvidas e valorizadas, e o impacto positivo de suas contribuições ecoará nas conclusões e nas recomendações apresentadas na pesquisa.

E por fim, queridos familiares, neste momento de reflexão, quero expressar minha profunda gratidão por todo o apoio e amor que vocês me ofereceram ao longo dos desafios desta pesquisa. Sua presença constante e seu apoio incondicional foram um farol de esperança nos momentos mais difíceis.

Cada palavra de encorajamento, gesto de carinho e demonstração de confiança foram fontes de força que me impulsionaram a perseverar. Saber que posso contar com vocês, não apenas como uma rede de apoio, mas como um refúgio emocional, fez toda a diferença em minha jornada.

Vocês foram minha âncora nos momentos de incerteza e minha comemoração nos momentos de conquista. Seu apoio me deu a coragem necessária para superar os obstáculos e continuar avançando.

Saibam que sou profundamente grato por tudo que fizeram por mim. Cada gesto de apoio não passou despercebido e está gravado em meu coração como uma lembrança eterna do amor e conexão que compartilhamos. Muito obrigado!

## RESUMO

A presente dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT/PPGCult), vinculado à linha de Pesquisa Natureza, Poder e Territorialidades, sinaliza como tema Perspectivas do Comum nas Práticas Socioterritoriais do “biquinho” no Âmbito de Atuação da APA-TO. Aponta como objetivo geral analisar práticas de acesso aos bens comuns ligados à terra e à sua posse, às formas de produção e comercialização, bem como aos eventos de divulgação quanto às mesmas, nas comunidades tradicionais e de camponeses nos municípios do chamado “biquinho” no âmbito de atuação da APA-TO, na perspectiva do comum. Neste sentido fui instigado a abordar a atuação da APA-TO junto às comunidades tradicionais e camponesas, quanto às suas organizações, localizações e caracterizações, na extensão territorial do chamado “biquinho”, no contexto do Bico do Papagaio. Abordar comunidades tradicionais e camponesas nos municípios do chamado “biquinho”, em suas práticas e perspectivas quanto ao acesso aos bens comuns da terra e à sua posse, às formas de produção, comercialização e eventos de divulgação das mesmas. Oferecer o aporte teórico conceitual à realidade abstraída, de vinculação entre comunidades e APA-TO no âmbito de sua criação e atuação como instituição fomentadora das práticas comunitárias nos referidos municípios do “biquinho”, na perspectiva do comum. Neste sentido optamos por trabalhar com uma abordagem interdisciplinar, bem como da análise bibliográfica e documental e de campo, com coleta de dados não obstante com dados primários, bem como dados de pesquisa secundários. Como resultados nessa pesquisa, a perspectiva do comum nas práticas socioterritoriais do “biquinho” é um modelo que destaca a importância da colaboração, do conhecimento compartilhado e do empoderamento comunitário. Essa abordagem pode ser vista como um caminho promissor para enfrentar desafios complexos que envolvem questões sociais, ambientais e culturais. Ela ressalta a interligação entre as pessoas e a natureza, oferecendo uma visão de um futuro onde a harmonia entre os dois é uma realidade tangível.

**Palavras-chave:** Comum. Territorialidade. Biquinho. APA-TO.

## ABSTRACT

The present dissertation developed in the Graduate Program in the Study of Culture and Territory, at the Federal University of North of Tocantins (UFNT/PPGCult), linked to the line of Research Nature, Power and Territorialities, signals as a theme Perspectives of the Common in Socio-territorial Practices of the “biquinho” within the scope of APA-TO's performance. It points out as a general objective to analyze practices of access to common goods connected to the land and its possession, to the forms of production and commercialization, as well as to the dissemination events regarding the same, in the traditional communities and of peasants in the municipalities of the so-called "biquinho" in the scope of action of APA-TO, in the perspective of the common. In this sense, I was urged to address the work of APA-TO with traditional and peasant communities, regarding their organizations, locations and characterizations, in the territorial extension of the so-called “biquinho”, in the context of Bico do Papagaio. Approaching traditional and peasant communities in the so-called “biquinho” municipalities, in their practices and perspectives regarding access to common land goods and their ownership, forms of production, commercialization and events to publicize them. Offer a conceptual theoretical contribution to the abstracted reality, linking communities and APA-TO within the scope of its creation and performance as an institution that promotes community practices in the referred municipalities of “biquinho”, in the perspective of the common. In this sense, we chose to work with an interdisciplinary approach, as well as bibliographical and documental and field analysis, with data collection despite primary data, as well as secondary research data. As a result of this research, the perspective of the common in the socio-territorial practices of “biquinho” is a model that shows the importance of collaboration, shared knowledge and community empowerment. This approach can be seen as a promising way to face complex challenges involving social, environmental and cultural issues. It underscores the interconnectedness between people and nature, offering a vision of a future where harmony between the two is a tangible reality.

**Keyword:** Common. Territoriality. Biquinho. APA-TO.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - Mapa dos municípios do chamado “biquinho” no contexto do Bico do Papagaio.....  | 15 |
| Figura 2 - Frente da atual sede da APA-TO, Augustinópolis-TO.....  | 30 |
| Figura 3 - Frente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, subsede Buriti do Tocantins-TO..... | 32 |
| Figura 4 - Frente da Igreja de Buriti do Tocantins, onde está sepultado os restos mortais do Padre Josimo.....                               | 50 |
| Figura 5 - Interior da Igreja de Buriti do Tocantins.....  | 51 |
| Figura 6 - Túmulo do Padre Josimo Moraes Tavares.....  | 51 |
| Figura 7 - Palmeira do coco babaçu.....  | 54 |
| Figura 8 - Local de quebra do coco babaçu.....   | 55 |
| Figura 9 - Quebradeira de coco extraindo a amêndoa do coco babaçu.....   | 56 |
| Figura 10 - Amêndoas do coco babaçu.....   | 57 |
| Figura 11 - Processo de extração do óleo do coco babaçu.....   | 57 |
| Figura 12 - Subprodutos do coco babaçu.....  | 58 |
| Figura 13- Artesanato sendo comercializado na Feira de São Miguel do Tocantins....   | 59 |
| Figura 14 - Barracão em construção para extração dos subprodutos do coco babaçu na Comunidade Olho d'Água.....                               | 61 |
| Figura 15 - Mesocarpo de babaçu.....   | 61 |
| Figura 16 - Colar feito da palha do coco babaçu sendo comercializado.....  | 64 |
| Figura 17 - Biojoias oriundas do coco babaçu.....  | 65 |
| Figura 18 - Lápide do túmulo do Padre Josimo.....  | 68 |
| Figura 19 - Mulheres quebradeiras de coco levando o fruto em jacá para a extração das amêndoas.....  | 69 |
| Figura 20 - Babaçu livre para vivermos livres.....   | 73 |
| Figura 21 - Produtos da agricultura familiar sendo comercializados em São Miguel do Tocantins.....   | 87 |
| Figura 22 - I Seminário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Familiar realizado em São Miguel do Tocantins.....                          | 88 |
| Figura 23 - Polpas de frutas para serem comercializadas.....   | 89 |
| Figura 24 - Licor de frutas para serem comercializados.....  | 89 |
| Figura 25 - Carvão de coco babaçu.....   | 91 |

|  |    |
|--|----|
| Figura 26 - Produtos orgânicos sendo comercializada na feira de São Miguel do Tocantins..... | 93 |
| Figura 27 - Triturando as folhas para adubar o solo.....                                     | 95 |
| Figura 28 - Capinando a terra para receber o plantio de hortaliças.....                      | 97 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| AEFA-BICO  | Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio   |
| APA-TO     | Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins  |
| APIMELFRE  | Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Falcão e Região   |
| AMB        | Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti  |
| ASMUBIP    | Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio  |
| BNDES      | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social   |
| CDB        | Convenção da Diversidade Biológica   |
| CIMI       | Conselho Indigenista Missionário   |
| CMADRS     | Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável  |
| COEQTO     | Coordenação Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Estado do Tocantins                                       |
| COOAF-BICO | Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina |
| COOPTER    | Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural   |
| CPT        | Comissão Pastoral da Terra   |
| EPCN       | Economia, Política, Cultura e Natureza   |
| FA         | Fundo Amazônia   |
| FBB        | Fundação Banco do Brasil   |
| FETAET     | Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins  |
| FUNBIO     | Fundo Brasileiro para a Biodiversidade   |
| IAF        | Inter-American Foundation  |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  |
| INCRA      | Instituto de Colonização e Reforma Agrária   |
| ISPN       | Instituto Sociedade, População e Natureza  |
| MIQCB      | Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu  |
| MST        | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra   |

|         |   |
|---------|---|
| STTR    | Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais                                |
| OIT     | Organização Internacional do Trabalho   |
| ONG     | Organização Não Governamental   |
| ONU     | Organização das Nações Unidas   |
| PA      | Projeto de Assentamento   |
| PLANAPO | Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica                                    |
| PNPCT   | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |
| PRODIAT | Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins                   |
| TFCA    | Tropical Forest Conservation ACT  |
| UNESCO  | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura                  |

## SUMÁRIO

|            |  |            |
|------------|--|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>13</b>  |
| <b>2</b>   | <b>COMUNIDADES TRADICIONAIS E CAMPONESAS NO CHAMADO “BIQUINHO”, NO CONTEXTO DO BICO DO PAPAGAIO</b>  | <b>25</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>Saberes e realizações através de processos participativos, buscando um desenvolvimento socioambiental</b>   | <b>25</b>  |
| <b>2.2</b> | <b>Direitos territoriais das comunidades tradicionais e camponesas</b>   | <b>36</b>  |
| <b>3</b>   | <b>COMUNIDADES TRADICIONAIS E CAMPONESAS NO CHAMADO “BIQUINHO”: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS QUANTO AO ACESSO À TERRA, FORMAS DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO</b> | <b>45</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>A produção do comum como base na posse da terra</b>   | <b>45</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>As quebradeiras de coco babaçu no “biquinho” e suas práticas</b>  | <b>53</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>O território do “biquinho” como ocupação de relação social entre a mulher e o coco babaçu</b>   | <b>67</b>  |
| <b>3.4</b> | <b>O protagonismo da mulher quebradeira de coco babaçu</b>   | <b>71</b>  |
| <b>3.5</b> | <b>A luta pelo livre acesso à terra para a coleta do coco babaçu</b>   | <b>77</b>  |
| <b>4</b>   | <b>AS PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DO COMUM NA RELAÇÃO DAS COMUNIDADES DO “BIQUINHO” EM TORNO DA APA-TO COMO INSTITUIÇÃO FOMENTADORA</b>                                    | <b>80</b>  |
| <b>4.1</b> | <b>A unidade do trabalho entre as comunidades tradicionais e camponesas junto à APA-TO</b>   | <b>80</b>  |
| <b>4.2</b> | <b>Melhorias às comunidades tradicionais e camponesas proveniente das práticas do comum, assessoradas pela APA-TO</b>  | <b>85</b>  |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | <b>103</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>108</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Em relevo ao foco do nosso objeto de estudo, é necessário o contexto de justificativa da questão da posse da terra no Brasil, como uma longa herança de desfavorecimento à maioria da população brasileira.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabeleceu a compra como a única forma de acesso à terra e aboliu em definitivo o regime de sesmarias. Muito embora não tenha havido revogação formal, considera-se que a mesma foi revogada quando da edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), que trata do mesmo assunto. No entanto, o que se observa, tanto em nível geral do Brasil quanto particularmente, no Bico do Papagaio é que as oligarquias, e grupos políticos continuam sendo os detentores da terra. No problema fundiário brasileiro que afeta negativamente a reforma agrária, existe uma contradição histórica referente a minoria dos grandes proprietários que detêm o monopólio da terra, controlando sua ocupação e trabalho no âmbito da produção agropecuária, contrastando, por outro lado, com a massa trabalhadora dependente dessas oportunidades para sua subsistência. (PRADO JÚNIOR, 2005).

Ademais, seria uma ilusão acreditar que a intenção da Lei de Terras, fosse democratizar o acesso à propriedade fundiária, sendo que na verdade, ela veio como um meio legal que propiciava o monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas (MARTINS, 2010). Em outro momento, o Estatuto da Terra foi criado para frear os movimentos camponeses, que se multiplicaram durante o regime militar no governo de João Goulart. Com a criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária, foi a forma utilizada pelos governos militares para apaziguar os camponeses e tranquilizar os proprietários de terra.

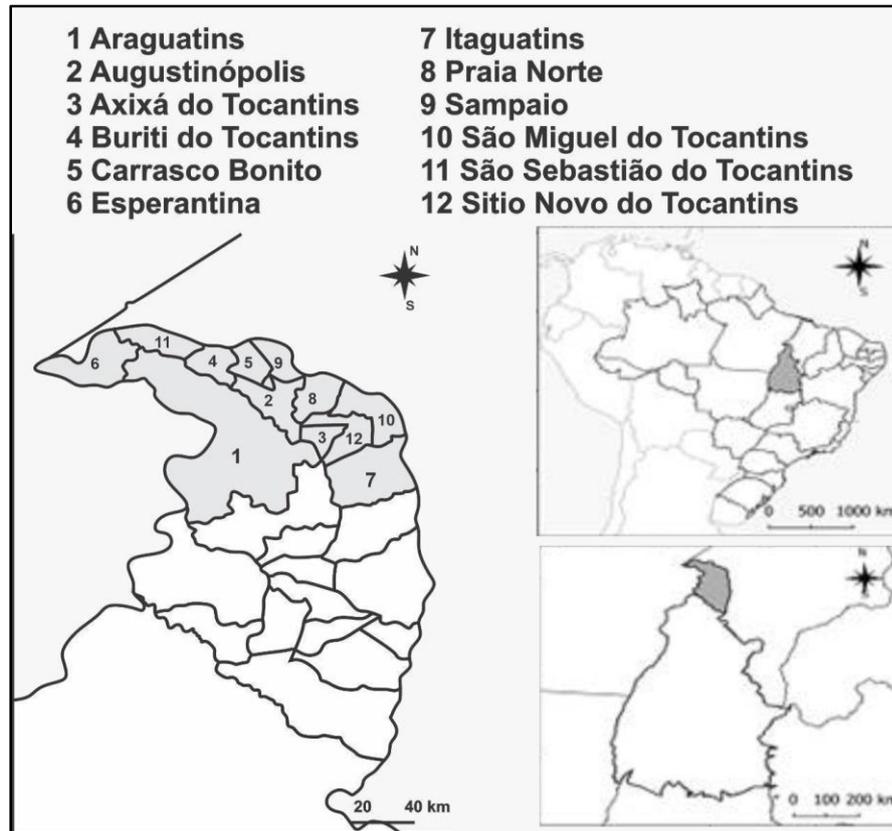
Os rios Araguaia e Tocantins ao se aproximarem, guardam entre si o espírito nobre, simples, mas aguerrido das comunidades tradicionais e camponesas cuja porção territorial, pelo formato, ficou popularmente conhecida como Bico do Papagaio - Norte do Estado do Tocantins.

A região do Bico do Papagaio, está localizada entre os estados do Maranhão e Pará, sua porção extrema é formada por dois rios, Araguaia e Tocantins (SOARES, 2009). A área objeto de estudo está inserida apenas no estado do Tocantins, especificamente na microrregião do Bico do Papagaio, que possui extensão de

15.993,20 km<sup>2</sup>, correspondendo a 5,75% do território do Tocantins, e é composta por 25 municípios (OLIVEIRA, CRESTANI, STRASSBURG, 2014), quais sejam: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. O Censo Demográfico de 2021 estimou uma população de 219.201 habitantes (IBGE, 2021).

Especificamente, a pesquisa abrange comunidades situadas nos municípios de Esperantina-TO, Buriti do Tocantins-TO, São Miguel do Tocantins-TO e Augustinópolis-TO, municípios estes que, conforme as próprias comunidades pesquisadas se autodenominam de “biquinho” (figura 1) no contexto maior do Bico do Papagaio. Neste sentido, a denominação “biquinho”, nomeado pelas comunidades destes municípios, significa uma construção histórica de pertencimento ao território, dada a importância identitária, construída na memória de lideranças comunitárias como a de Dona Raimunda dos Cocos em São Miguel do Tocantins, em Buriti do Tocantins como cidade que guarda a memória maior do padre Josimo e o sindicato de importantes comunidades camponesas, e Augustinópolis em que a presença da Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) como a instituição âncora das comunidades assume também essa denominação e que está sediada nesta cidade em apoio às diversas práticas na perspectiva do comum aqui assumida.

Figura 1 – Mapa dos municípios do chamado “biquinho” no contexto do Bico do Papagaio



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2006) e Base Territorial SDT/MDA (2009).

Nessa porção territorial de terras fertilizadas pela abundância de água, fixou-se ao longo do tempo, essas populações que tangidas de outras áreas, pelos impulsos economicistas em estágio mais avançado, não sem a tutela do Estado, foram privadas da posse da terra, situação que os posseiros<sup>1</sup> enfrentaram lutas para atingirem seus ideais de vida, considerando que essa mesma porção territorial, nas décadas de 1960 e 1980 foi porta de entrada para a Amazônia Legal, transformando-se em uma região de intensos conflitos dessas populações de posseiros com grileiros<sup>2</sup> e fazendeiros durante todo o Regime Militar ocorrido entre 1964 a 1985.

Como contexto, inserimos a situação de conflitos do Bico do Papagaio no âmbito das mudanças da Amazônia Legal, particularmente, na Amazônia Oriental à qual o norte do Estado do Tocantins está inserido, na suposta justificativa da

<sup>1</sup> Segundo o agrarista Miranda (1992, p. 97), posseiro “é a pessoa que se ocupa das tarefas rurais e que faz da atividade agrária sua profissão habitual ou sua competência específica”.

<sup>2</sup> De acordo com Pozzoli (2008, p. 542), grileiro é a “pessoa que procura apossar-se de terras alheias mediante escrituras de propriedades falsas”.

necessidade de desenvolvimento econômico, como priorizavam as políticas agrárias do Regime Militar no período entre 1964 a 1985, segundo se pode constatar no Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504/1964). Assim, era preciso anexar as terras de todo esse território, integrando-as à economia capitalista do resto do país e, ao mesmo tempo, solucionar os conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros, tudo isso sem desestruturar o modelo fundiário que se agravaram com a proteção do próprio Estado. Ou seja, estava em curso um projeto que não considerava a realidade sociocultural e territorial da maioria da população do Bico do Papagaio, considerando esta porção territorial como um “espaço vazio” a ser explorado sob a égide da produção capitalista hegemônica.

Por meio desse discurso modernizador, os diversos Governos Militares legitimaram uma atuação repressiva em toda essa porção territorial e o Estado acabou por corroborar para a fragilização da população local dos posseiros como, ocorreu, por exemplo, na Vila de Sampaio em 1979, onde o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) proibiu os posseiros que fizessem reuniões para se organizarem, alegando que esses indivíduos estavam tramando uma guerrilha na região. O desfecho desse episódio foi a prisão de quatro líderes camponeses no quartel da polícia militar em Araguatins e o ataque à Vila de Sampaio pelo exército. (KOTSCHO, 1981).

Esse episódio acontecido em Vila Sampaio serve como demonstração de que a impunidade sempre esteve ligada ao poder político e à riqueza daqueles que praticam crimes contra as comunidades tradicionais e camponesas do Bico do Papagaio. Como combate a essa impunidade, vale mencionar a atuação da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em ações de agentes importantes como o padre Josimo que apoiou os posseiros em suas lutas pela posse da terra, advogando em favor de quem não conseguia proceder aos trâmites burocráticos, sendo uma instituição severa na tribuna de condenação às mazelas criadas pelos capitalistas apoiados pelo Estado.

Com vista a fortalecer a luta comum pela posse da terra nos municípios do chamado “biquinho”, no contexto do Bico do Papagaio, pela busca na afirmação e do protagonismo pelo uso sustentável das riquezas naturais junto às comunidades tradicionais e camponesas, a APA-TO, vem auxiliando no planejamento e execução de estratégias de desenvolvimento socioterritorial local através de diversas atividades de apoio à posse da terra, às formas de produção comunitária, à comercialização e

eventos de divulgação apoiando as associações comunitárias num contínuo trabalho de capacitação técnico-produtiva que também fortalece o engajamento político e identitário.

Para devolver na sociedade a plena posse de sua força coletiva, como nos asseguram Dardot e Laval (2017), a APA-TO em articulação com as comunidades tradicionais e camponesas nos municípios que compõem o chamado “biquinho”, realiza também ações voltadas à Rede de Comercialização das produções comunitárias.

Neste sentido, ao analisar as práticas de acesso aos bens comuns ligados à terra e à sua posse, às formas de produção e comercialização, bem como aos eventos de divulgação quanto às mesmas, nas comunidades tradicionais e de camponeses nos municípios do chamado “biquinho” no âmbito de atuação da APA-TO, na perspectiva do comum, iremos abordar a atuação da APA-TO junto às comunidades tradicionais e camponesas, quanto às suas organizações, localizações e caracterizações, na extensão territorial do chamado “biquinho”, no contexto do Bico do Papagaio, bem como as comunidades tradicionais e camponesas nos municípios do chamado “biquinho”, em suas práticas e perspectivas quanto ao acesso aos bens comuns da terra e à sua posse, às formas de produção, comercialização e eventos de divulgação das mesmas, sobretudo refletir a realidade abstraída, de vinculação entre comunidades e APA-TO no âmbito de sua criação e atuação como instituição fomentadora das práticas comunitárias nos referidos municípios do “biquinho”, na perspectiva do comum.

O Bico do Papagaio é o retrato da concentração de grandes áreas de terras que estão nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria sofre com os abusos causados no sangue derramado de lideranças de posseiros que têm lutado por igualdade de direitos na sociedade brasileira. Muitos dessa população sobrevivem em condições subumanas, como o analfabetismo e a subnutrição, entre outros fatores. Nesse cenário, os crimes ocorridos no campo são maquiados pelo discurso desenvolvimentista sob a égide de políticas excludentes, cujo contexto esconde os posseiros na tentativa de anulação de suas vozes, o que resulta em lutas de lideranças que acabam sendo presas ou mortas, como foi o caso emblemático do Padre Josimo Moraes Tavares.

A região denominada “biquinho”, composta pelos municípios de Esperantina-TO, Buriti do Tocantins-TO, São Miguel do Tocantins-TO e Augustinópolis-TO, foi

palco da luta pela posse da terra, onde grandes personagens como Padre Josimo e Dona Raimunda dos Cocos, estiveram a frente das comunidades tradicionais e camponesas pela defesa e busca de direitos dos menos favorecidos. O local foi intitulado com este nome, pela afetividade que a população tem pela região, esta designação adveio da construção histórica e pertencimento à territorialidade, por meio da importância identitária, política e a grande influência regional comercial daqueles municípios.

Nesse contexto justifica-se nossa abordagem no interesse de contribuir como uma reflexão que agrega cultura camponesa, o território e territorialidade, na perspectiva do comum, referente à luta pela posse da terra, formas de produção, comercialização e eventos de divulgação. No que concerne ao contexto de importância da APA-TO como apoiadora às comunidades tradicionais e camponesas, esta entidade uma vez criada e presente nesse contexto, tem demonstrado sua importância no escopo de nossa análise, sua atuação no apoio às práticas comunitárias, podem ser aproximadas ao comum na perspectiva de uma nova sociedade para além do privado e do público.

Esse conjunto de argumentos com base em dados consolidados, aqui recebe uma afirmação de fundamento teórico do comum em Dardot e Laval (2017), cujo conceito traz na sua proposição a perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

Não há dúvida de que a “felicidade comum” continua fundamentada na moral da partilha e na reivindicação de igualdade real, mas adquiriu um caráter mais material que enfatiza a satisfação das necessidades da grande massa da população pela reorganização das relações sociais e, sobretudo, pela abolição da propriedade privada, pelo trabalho em comum e pela divisão igualitária dos bens. A desapropriação da nação é o único meio de alcançar a igualdade e implica que a nação se transforme numa comunidade real, cuja direção competirá a uma administração de Estado. (DARDOT E LAVAL, 2017)

Analisando a “felicidade comum”, no viés de Dardot e Laval (2017), podemos observar algo muito mais sublime e equitativo, quanto ao bem comum ou a comunidade dos bens. Os frutos são de todos, a terra não é de ninguém. Neste sentido, o bem-estar material das comunidades tradicionais e camponesas, têm como norte a justiça social em uma organização coletiva e igualitária do trabalho.

Cabe mencionar que a APA-TO vem desenvolvendo programas para o fortalecimento na luta pela posse da terra e a produção, neste sentido, a Rede de

Comercialização é um projeto, que garante a geração de renda e melhoria na qualidade de vida para os camponeses dos municípios que compõem o chamado “biquinho”.

As principais ações desenvolvidas advindas do projeto Rede de Comercialização, são a implantação das feiras locais em Esperantina-TO, Buriti do Tocantins-TO, São Miguel do Tocantins-TO e Augustinópolis-TO, bem como a realização de encontro para discussão de mercados institucionais e feiras locais para os camponeses e comunidades tradicionais, fazendo com que ocorra o desenvolvimento da agricultura por meio da qualidade de vida no campo e a construção do conhecimento sobre a agroecologia, fortalecendo e articulando com comunidades de camponeses tradicionais. (APA-TO, 2021).

Com isso, proporciona o intercâmbio de conhecimento entre essas comunidades e suas organizações para a elaboração e negociação e conquistas de políticas públicas para o campo. (APA-TO, 2021).

Assim sendo, no caso desta pesquisa compreende-se as tensões dos conflitos do território e territorialidades do chamado “biquinho”, no âmbito do poder político e econômico, contrastando os grandes latifundiários à as comunidades de camponeses e tradicionais em suas práticas de luta pela posse e produção da terra, vinculando a essa posse, as formas de produção, comercialização e eventos de divulgação.

Esse aporte se fundamenta nas práticas como eventos de caráter de engajamento político comunitário de luta pelo bem comum como a posse e produção da terra. Nesse sentido fundamentamo-nos em Dardot e Laval (2017), afirmando que o gozo comunal dos frutos da terra, em que os mesmos são de todos, e a terra não é de ninguém, declarando o uso equitativo, o bem comum ou a comunidade dos bens ao uso da terra.

Assim sendo, temos as comunidades de camponeses e tradicionais e latifundiários em situações contraditórias. Estes últimos se instalam e expandem amplamente favorecidos pelo poder estatal, se impõem às comunidades, por outro lado que são pressionados e expulso para outras terras pela força econômica e política, sobretudo no momento atual, em que esta porção territorial vem sofrendo um surto de modernização propugnado por projetos como o do eucalipto, o que exigirá maior unidade de ações práticas das comunidades no campo jurídico e político sob pena de perdas irreversíveis de suas posses. Isso demandará o reforço do discurso

da ética da defesa dos valores em prol de uma economia moral de luta contra os imperativos da atual ordem neoliberal que a tudo transforma em mercadoria e renda monetária como princípio em si mesma. As práticas das comunidades, nesse sentido, estabelecem os princípios do comum como princípio político.

Nesta perspectiva, Polanyi (2012) afirma que a subsistência do homem depende da natureza e de seus semelhantes, fazendo com que ocorra uma conexão do seu meio natural e social, a fim de que resulte em lhe promover meios de satisfazer a necessidade material, sendo que a atividade econômica, significa a direção da sociedade como um acessório do mercado. Por outro lado, Thompson (1998) declara que: “a economia moral não nos conduz a um único argumento, mas a uma confluência de raciocínios, e não será possível fazer justiça a todas as vozes”. (THOMPSON, 1998, p. 203).

Como um importante ponto de partida da nossa abordagem é sobre as práticas comunitárias do chamado “biquinho” envolvendo a luta pelo direito ao acesso aos bens comuns da terra, as diversas formas de produção, comercialização e eventos de divulgação está o papel da APA-TO como uma instituição promotora e influenciadora cujas ações junto às comunidades camponesas e tradicionais, nos indicam uma aproximação à ideia da produção do comum, como bem afirmam Dardot e Laval (2017).

A força coletiva, a da união e da associação dos trabalhadores, não existe sem as organizações constituídas por eles, e a consciência de classe – o que Proudhon denominava “ideia operária”, que consiste em unir-se para enfrentar os danos causados pela concorrência entre os operários – é encarnada e ao mesmo tempo mantida por essas organizações.

Do ponto de vista da natureza do discurso, apropriamo-nos da ferramenta da abordagem interdisciplinar, oferecida por Pombo (2008) na seguinte afirmação: [...] “muitos objetos do conhecimento que só podem ser constituídos como tal, justamente numa perspectiva interdisciplinar” (POMBO, 2008, p. 24). Nisto entendemos que estudar a produção do comum exige a associação de discursos dos diferentes campos disciplinares, mas também das metodologias que são próximas entre si. Neste sentido, o objeto de pesquisa é assimilado como um trevo, sendo ele o ponto de partida para as saídas de entendimento e construção do discurso científico final, funcionando também como um profícuo campo de reflexões e argumentações com a necessária lógica das ideias. Dessa forma, o contexto

histórico, social, político, geográfico, são brechas possíveis demonstradas pelo objeto em cuja investigação é possível pôr em comum várias perspectivas como a essência da interdisciplinaridade. (POMBO, 2008, p. 24).

Nesse sentido, afirmamos ser necessário a questão, por exemplo da terra, de forma muito mais subjetiva que objetiva, das comunidades, a partir de sua realidade, na qual a terra é vista não como: “[...] objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade, não em sua alteridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto dos valores éticos.” (WOORTMANN, 1990, p. 11).

Diante de tal escolha metodológica, a ser abordada bem como da análise bibliográfica e documental e de campo, destaca-se que a presente pesquisa obteve coleta de dados não obstante com dados primários, bem como dados de pesquisa secundários, neste viés, três lideranças das comunidades camponesas e tradicionais da região do chamado “biquinho” foram entrevistadas no âmbito de suas representações e localizações cujos critérios são assim estipulados, devido a extensão territorial e o poder de alcance das ações da APA-TO em apoios e parcerias junto às comunidades, como também feita entrevista ao presidente e técnicos da APA-TO. Estes critérios são necessários, considerando tanto a dimensão territorial, quanto o período temporal da pesquisa ainda um pouco prejudicado devido a Pandemia da COVID-19 limitando certos tipos de contatos.

A entrevista, aplicada ao presidente e dois técnicos da APA-TO, levantou informações sobre a articulação e o fortalecimento, que a instituição vem desenvolvendo junto às comunidades camponesas e tradicionais do chamado “biquinho”, na busca da afirmação na posse e luta pela terra. As entrevistas realizadas tiveram como finalidade obter o maior número possível de informações sobre a luta pela posse da terra, nas formas de produção, comercialização e eventos de divulgação.

Dentro deste viés, Thompson (1992, p.17) esclarece que a entrevista na presente pesquisa por meio do uso da oralidade, demonstra a preservação da memória de um homem, possibilitando a evidência dos fatos coletivos, onde resgata-se as memórias dos posseiros nas práticas políticas da luta pela posse da terra que envolvem as formas de produção, comercialização e divulgação.

Ainda nesta linha, a história oral busca registros, impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. A história oral pode ser entendida como:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica [...]) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1990, p.52).

Assim, identificamos as práticas culturais e uma identidade que permanece e resiste, frente às mudanças ocorridas durante o regime militar, mas que permanece até os dias atuais. Como caminho teórico-metodológico, reforçamos o comum concebido por Dardot e Laval (2017) como princípio político norteador das práticas comunitárias que guardam as memórias como combustível à perpetuação das práticas atuais e por vir, como direito à terra como um comum básico que permite a produção de outros comuns a ela inerentes.

Como memória, estão as origens das comunidades de camponeses e tradicionais oriundas da região nordeste: Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará, entre outros, de vinculação cultural religiosa sob a Bandeira do padre Cícero Romão Batista, os romeiros em busca da “Terra Prometida”. Assim, expulsos da terra no Nordeste, fruto do processo de concentração e modernização, buscaram sob essa bandeira religiosa, a terra para trabalho e para a reprodução da vida em moldes comunitários.

Este leque de proposições, que embora pareçam ser colocadas de forma genérica não se desvinculam do comum maior: a luta pela posse e uso da terra no viés de sustentabilidade e equilíbrio ambiental que pode ser sintetizado no significado do político como dimensão do imaginário social transformador, (CASTORIADIS, 1982) que não está isento das subjetividades do imaginário do indivíduo como mudança que parte deste para o coletivo no instituir ressignificativo das instituições, superando o público e o privado (DARDOT e LAVAL, 2017).

Em síntese, fica a ideia de que a luta pela posse da terra, as diferentes formas de produção, comercialização e eventos de divulgação nos municípios que fazem parte do chamado “biquinho”, transcendem a pura e simples situação de apropriação

de um pedaço de terra pelas comunidades, estendendo-se ao contexto das lutas pela vida na terra em que modelos hegemônicos de produção neoliberal devem ser superados pois têm como ética, a pura busca do lucro pelo lucro econômico. Particularmente, essa luta envolve também a preservação da riqueza natural como a água, florestas (babaçu), manutenção de modos de vida que concilie economia, cultura, política no âmbito do desenvolvimento socioterritorial, a exemplo das produções agroecológicas, na perspectiva do comum como princípio político reunindo as comunidades e as comunas no que se refere às práticas políticas dos auto governos, no que podemos aproximar à filosofia da APA-TO que exerce apoio às comunidades camponesas e tradicionais, em suas organizações, produções e formas de comércio e divulgação, chegando até mesmo a buscar apoio a parceiros financeiros, no sentido de divulgar os conhecimentos e saberes tradicionais associado às novas tecnologias das redes, especialmente nesses tempos de pandemia do COVID-19.

As muitas informações, aqui preconizadas, que compõem nossa pesquisa recebe a indicação metodológica da abordagem dos comuns concebidos na citação diretamente feita de Dardot e Laval (2017) que nos parece clarear o fio condutor da nossa abordagem de campo a aproximação teórica:

[...] Nada é comum em si ou por natureza, apenas as práticas coletivas decidem, em última análise, o caráter comum de uma coisa ou conjunto de coisas. Portanto, há comuns de espécies muito diversas, em função do tipo de atividade dos atores que os instituem e se empenham em conservá-los e mantê-los vivos (comuns fluviais, comuns florestais, comuns de produção, comuns de sementes, comuns de conhecimento etc.). A natureza e as propriedades da coisa tomada sob o encargo dos atores naturalmente não são indiferentes ao tipo de atividade, mas é sempre a atividade que “comuniza” a coisa, inserindo-a num espaço institucional pela produção de regras específicas, relativas ao seu encargo. (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 613-614).

Diante do exposto, conclui-se que, esta instituição em sua filosofia, influencia a possibilidade de outras várias instituições, em suas práticas instituintes de defesa dos interesses e anseios das diversas comunidades, contribuem para a produção do comum na perspectiva de Dardot e Laval (2017), e que com base em nossos dados de campo, iremos abordar as práticas socioterritoriais do comum no âmbito da posse da terra, bem como a produção, comercialização e eventos de divulgação das comunidades de camponeses e tradicionais do chamado “biquinho”, e o legado que o Padre Josimo e a Dona Raimunda dos Cocos deixaram nas lutas pela terra, nas

maneiras de produzir e nas organizações políticas nas comunidades camponesas e tradicionais. Contudo, aqui assumimos como um prazeroso desafio a nos incomodar até que vejamos o corpo da pesquisa formulado de forma lógica, mas também argumentativa e reflexiva.

## **2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E CAMPONESAS NO CHAMADO “BIQUINHO”, NO CONTEXTO DO BICO DO PAPAGAIO**

Retratando o contexto do território maior do Bico do Papagaio, neste capítulo abordaremos a importância que a APA-TO, presta às comunidades tradicionais e camponesas, como parceira e assessora. Ademais iremos expor os aspectos históricos das comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”, a partir das expedições dos bandeirantes e jesuítas, bem como o processo de capitalização da agricultura em todo o extremo do norte goiano no período do regime militar e os direitos territoriais por meio da constituição federal e diplomas internacionais.

### **2.1 Saberes e realizações através de processos participativos, buscando um desenvolvimento socioambiental**

O território do chamado “biquinho”, no contexto do território maior do Bico do Papagaio, constitui-se em uma área de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Os primeiros sinais do homem branco na região datam do século XVII e XVIII, quando expedições bandeirantes e jesuítas ali chegaram em busca de ouro e índios. Mas, o processo de ocupação só foi permanente a partir da segunda metade do século XIX, quando surgiram as primeiras vilas e arraiais. No entanto, foi na primeira metade do século passado que as vilas foram elevadas à categoria de cidades. Até esse período a economia de subsistência era predominante em toda região do extremo norte tocantinense, onde se configurava um sistema econômico oligárquico, cuja presença política do coronel se fazia sentir em todos os setores sociais. (OLIVEIRA, 2010, p. 85).

Segundo Oliveira (2010, p. 85) as únicas vias de acesso para chegar na região do chamado “biquinho” eram os rios Tocantins e Araguaia, especialmente o primeiro que se consolidou como uma importante rota de transporte e um meio de articulação entre a agricultura pastoril muito em alta na época, tanto no Pará quanto no Maranhão e Goiás, assim, o rio funcionou como um termômetro da ocupação de toda essa região.

Foi, também, neste contexto que a pecuária chegou na área propriamente dita do Bico do Papagaio, modificando o cenário local à medida que impulsionou o

surgimento das as vilas e cidades como atual cidade de Araguatins, criada em 1868, antes conhecida como São Vicente. (OLIVEIRA, 2010 p. 85).

Fazendo uma análise histórica, o senhor João Palmeira Júnior (2002)<sup>3</sup> nos traz a Marcha para o Oeste que ocorreu no ano de 1930, em que Getúlio Vargas lança esse projeto, como uma diretriz de integração territorial para o país. À vista disso, a Marcha para o Oeste foi uma política pública engendrada pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) a fim de desenvolver e integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil que até aquele momento apresentavam uma baixa densidade demográfica, bem diferente ao que ocorria na região litorânea brasileira. Por meio da Marcha para o Oeste, a população nordestina começa a chegar na região do “biquinho”. (PALMEIRA JÚNIOR, 2022). Sobre o processo da Marcha para o Oeste, Arrais (2016, p. 5) diz que:

O projeto da Marcha visava proteger o território a partir do povoamento para o interior. Assim foram criados comissões e órgãos do governo para avaliar como se daria a efetivação do projeto e a ocupação territorial. Várias missões foram instituídas sendo que essas tinham como destino o sertão para realizar análises do solo e dimensionar como ocorreria a migração.

Em se tratando no contexto de povoamento do território do Bico do Papagaio, Oliveira (2010) discorre que esta área até meados da década de 1950, distante dos grandes centros urbanos, o que favoreceu para a continuação de uma agricultura de subsistência por um lado, e do outro ligada diretamente à situação de isolamento. No entanto, esse isolamento só começa a mudar na década de 1930 com a chamada Marcha para o Oeste, cujo objetivo foi incorporar as terras do planalto central e povoar a região, possibilitando, uma expansão da economia na região gerando um mercado produtor de alimentos capaz de suprir a carência dos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste. (OLIVEIRA, 2010, p. 66).

Toda região do Araguaia/Tocantins com a exploração de produtos como a castanha e o surgimento dos garimpos nas primeiras décadas do século passado, contribuíram para o aprofundamento da agricultura de subsistência, conforme Velho (2009) chama atenção.

Plantavam milho, arroz, mandioca, feijão, fava. Às vezes mantinham uma pequena criação de porcos e galinhas. A produção era quase toda para a subsistência, vendendo-se eventualmente alguma coisa para os castanhais, os garimpos ou para o consumo de Marabá; tudo com muita dificuldade,

---

<sup>3</sup> Entrevista oral concedida pelo técnico de campo da APA-TO, Senhor João Palmeira Júnior, no dia 12 de junho de 2022 na sede da APA-TO em Augustinópolis-TO.

dadas as distâncias e a quase ausência de meios de transporte e de comunicação. Quase tudo era feito a pé, pois mesmo os burros escasseavam. (VELHO, 2009, p. 98-99).

A cultura de criação de gado, enquanto sistema de produção, estava justaposto ao cultivo de alimento daquela região, ou seja, havia, segundo Campos (1985), uma inter-relação entre ambas atividades que garantiam o domínio do fazendeiro sobre as comunidades tradicionais e camponesas. A estas comunidades cabiam abrir caminhos mata adentro, o que lhe assegurava um pedaço de chão para plantar sua roça com a garantia de entregar o terreno formado em pastagens. Esse sistema foi descrito como “fazenda de criação” pela ausência de uma cultura agrícola intensiva:

Em pontos mais ou menos distanciados de sedes de municípios, [...] existem as chamadas fazendas de criação. Os seus proprietários, quase sempre ricos homens ou chefes políticos de prestígio, vivem comumente nas cidades; não possuem apenas uma e duas fazendas, mas quatro e cinco e às vezes mais. Lá aparecem somente pela época das vaquejadas, quando se tem em vista fazer a contagem das crias do ano, a sua ‘ferra’, tirar a ‘marcar de tala’, remuneração do vaqueiro ou vender as boiadas a compradores que surgem com as primeiras chuvas. Muitos, solicitados por afazeres outros, nem executam essa visita anual. Confiam no vaqueiro, que substitui e faz com absoluta fidelidade as vezes do chefe. A cultura da terra é ali mínima, senão nula, limitada apenas aos gostos do pessoal. Disso se incumbem dois ou três camaradas, em ‘furados’ de mata enxuta, ao pé dos morros. O passadio 87 consta habitualmente de carne seca que se come com pirão de leite com farinha de milho. Uma engenhoca produz a rapadura; café, o sal, outras miudezas, vêm da cidade ou são adquiridas no lugar mais próximo. Toda a vida se resume [...] na criação de gado e de manada cavalar. Vivendo de vida livre no campo, certo é que as condições de resistência desses nossos legítimos e agora bem denominados ‘sertanejos’, são muito diversas das que por aqui se têm ultimamente apregoado [...]. (RAMOS, 1918, p. 36 apud, CAMPOS, 1985, p. 08-09).

Esse sistema permaneceu até as décadas de 1950 e 1960 no território do Bico do Papagaio, quando a implementação de uma infraestrutura urbana e o modelo agroexportador substituíram a fazenda de criação. Com as políticas de ocupação, o modelo agrário tradicional permaneceu, apesar do incremento de máquinas e técnicas agrícolas que trouxeram significativos benefícios à produção. Isto é, continuou existindo uma massa crescente de homens e mulheres excluídos do acesso à terra. (OLIVEIRA, 2010, p. 87).

O objetivo central do governo federal era estabelecer uma maior comunicação entre o Sul e o Norte através de uma rede de relações econômicas. Desta forma, propicia pontos centrais que, por meio de uma infraestrutura básica, tornaram

pequenos pólos de desenvolvimento e promoveriam cada vez mais a expansão econômica. Daí a importância das Colônias Agrícolas.

No entanto, segundo Oliveira (2010) os projetos coloniais não conseguiram absorver toda massa de imigrantes e estes, sem terras, avançaram cada vez mais rumo ao extremo norte do estado em busca de seu pedaço de chão tão prometido. Essa população foi quem formou a região do Bico do Papagaio, que somado com uma parcela das comunidades tradicionais e camponesas, passaram a povoar toda a região. Com a chegada da rodovia Belém-Brasília, o fluxo de imigrantes ficou ainda mais intenso e com a entrada de produtos manufaturados, a produção artesanal de alimentos declinou, acirrando cada vez mais a situação de pobreza, pois sem a terra a população se vê em uma crescente subordinação ao grande fazendeiro, única garantia de trabalho. (OLIVEIRA, 2010, p. 87).

Com a construção da Belém - Brasília em 1960, que é o conjunto formado por onze rodovias federais do Brasil, que ligam a capital do país, Brasília-DF, à cidade de Belém-PA, inicia então a grilagem de terra na região. Segundo o senhor João Palmeira Júnior (2002)<sup>4</sup>, a consequência da grilagem de terra na região, foi uma situação marcante vivenciada pelos camponeses da época, pois a grilagem proveio em um momento de violência no campo, onde muitos camponeses perderam a vida. (PALMEIRA JÚNIOR, 2002).

Durante o Regime Militar, se consolidou o processo de capitalização da agricultura em todo extremo do norte goiano, iniciado nos anos 1930 com a política de crédito agrícola e industrial para todo estado de Goiás. Neste sentido, a relação entre indústria e agricultura foi reforçada no momento em que os grandes proprietários foram beneficiados pela política de créditos fiscais, privilegiando, deste modo, os setores urbanos. (OLIVEIRA, 2010, p. 88).

Os investimentos em infraestrutura (estradas, energia elétrica, etc.), nas cidades polos em todo o território do Bico do Papagaio durante os sucessivos governos militares, foram estabelecidos em associação com uma série de instrumentos para esvaziar as áreas rurais de mecanismos de produção consumo e, portanto, submetê-las a dependência desses pequenos centros comerciais.

Fruto de um processo em curso iniciado ainda nos anos 1970, o Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT) foi criado

---

<sup>4</sup> Entrevista oral concedida pelo técnico de campo da APA-TO, Senhor João Palmeira Júnior, no dia 12 de junho de 2022 na sede da APA-TO em Augustinópolis-TO.

com o objetivo de implantar uma ampla rede de infraestrutura, tanto econômica quanto política e social em todo o território do Bico do Papagaio. Neste sentido, a área foi privilegiada em termos de investimentos estatais, por estar vinculada ao Programa Grande Carajás. O intuito foi, fundamentalmente, ordenar a estrutura fundiária da região, a fim de possibilitar a resolução dos conflitos agrários e administrar o movimento migratório que cresceu aceleradamente nessa época. (OLIVEIRA, 2010, p. 90).

Esse processo serviu também como instrumento que acelerou o avanço da fronteira econômica no território do Bico do Papagaio sendo ainda mais expressiva na região do chamado “biquinho”, pois sua ocupação se deu no bojo dessas mudanças estruturais. Para as comunidades tradicionais e camponesas, essas transformações se fizeram sentir no âmbito da perda de seu modo de trabalho, que passou a ser ditado a partir de princípios externos. De qualquer modo, a preservação da tradição foi importante neste processo e serviu como mecanismo de contestação do novo modelo em curso. Anos depois com a articulação do Padre Josimo, em harmonia com as comunidades tradicionais e camponesas, criam-se sindicatos e instituições que darão assistência e assessoria pela resistência e luta pela posse da terra.

Por conseguinte surge a APA-TO (figura 2), uma ONG fundada em 1992, reunindo representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadora rurais do Tocantins e da Comissão Pastoral da Terra, atua no Estado do Tocantins construindo uma história de desenvolvimento participativo apoiando práticas de melhorias nas condições de vida no campo para agricultores camponeses e comunidades tradicionais, especialmente nos municípios que integram o chamado “biquinho” apoiando práticas referentes à posse da terra, formas de produção, comercialização bem como na divulgação por meio de eventos, sob os princípios da agroecologia visando construir sistemas de produção sustentáveis.

Figura 2 - Frente da atual sede da APA-TO, Augustinópolis-TO



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022)

A instituição surgiu para atender à demanda dos agricultores e das agricultoras familiares que buscavam assessoria técnica para a construção participativa de sistemas produtivos de uso e ocupação do solo que fossem sustentáveis e agroecológicos. As bases de seu trabalho são o planejamento e a implementação do desenvolvimento local em parcerias com as comunidades assessorando na proposição de políticas na busca de segurança alimentar e geração de renda na produção, comercialização e divulgação de um mercado solidário e recíproco e ainda, consolidando a formação de lideranças comunitárias. (APA-TO, 2021).

A APA-TO nasceu em um período em que o mundo estava discutindo a questão da preservação do meio ambiente, com a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro. A Conferência Eco-92 ou Rio-92, organizada pelas Nações Unidas na cidade do Rio de Janeiro, tratou sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A Eco-92 teve desdobramentos importantes no ponto de vista científico, diplomático, político e principalmente na área ambiental, além de oferecer espaço para debates e contribuições para o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Em 1992 realizou-se a conferência sobre Meio Ambiente da ONU, no Rio de Janeiro, 20 anos após a de Estocolmo, referida como Rio-92 ou Eco-92. No seu processo de preparação, grande atenção é dada à questão ambiental por ONGs não especializadas, movimentos sociais, associações de moradores,

federações empresariais e instituições governamentais. Muitas entidades e ONGs ambientais se constituem então. Na realização da conferência destacam-se a reunião paralela das ONGs e associações populares, por um lado; e, por outro, o compromisso de governos signatários com a Agenda 21, um enorme documento composto de quatro seções, 40 capítulos e dois anexos (a edição brasileira, publicada pelo Senado Federal, tendo 598 páginas), dispendo de objetivos, atividades e considerações sobre meios de implementação, de um planejamento de uma cooperação internacional e de ações nacionais e locais em vista do desenvolvimento, do combate à pobreza e da proteção ao meio ambiente. Tal documento repercute no interior de países signatários, como é o caso do Brasil, o governo federal desencadeando um processo de feitura de uma Agenda 21 brasileira, convocando especialistas, ONGs e outras entidades para uma elaboração coletiva, governos estaduais fazendo processo similar e governos municipais ou consórcios locais também realizando planejamentos locais. O Ministério do Meio Ambiente dispõe de um fundo para financiar projetos locais de Agenda 21 para os quais os municípios concorrem apresentando propostas. (LOPES, 2006, p. 40-41).

A Eco-92 colocou no papel uma série de políticas e ações que tinham como eixo o compromisso com a responsabilidade ambiental. Evidenciava as mudanças necessárias aos padrões de consumo, a proteção das riquezas naturais e o desenvolvimento de tecnologias capazes de reforçar a gestão ambiental dos países. Mas de um modo especial, a Eco-92 fez com que na época despertasse nas comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”, um olhar mais cuidadoso as riquezas naturais da localidade, fazendo com que lideranças pudesse organizar as comunidades para lutar em prol de um futuro comum na preservação ambiental.

A história da APA-TO antecede a sua própria criação jurídica, a Eco-92 foi apenas a precursora para a formalização. Diante disso, o senhor João Palmeira Júnior (2022) nos relatou que historicamente a APA-TO está ligada a todo o processo de luta pela terra e pelas riquezas naturais na região do chamado “biquinho”, que começa com a chegada dos camponeses a esta região, tendo em sua imensa maioria os nordestinos, no qual saíram de sua terra natal, fugindo da seca e pela promessa, como diz os camponeses da região do “biquinho”, promessa em busca da terra prometida onde corre leite e mel, a profecia do Padre Cícero Romão Batista<sup>5</sup>. (PALMEIRA JÚNIOR, 2022).

Nos dias atuais, os encontros promovidos pela APA-TO com as comunidades tradicionais e camponesas, ainda se fala da profecia do Padre Cícero, resgatando a

---

<sup>5</sup> Entrevista oral concedida pelo técnico de campo da APA-TO, Senhor João Palmeira Júnior, no dia 12 de junho de 2022 na sede da APA-TO em Augustinópolis-TO.

história da terra que corre leite e mel, que na verdade é o território do Bico do Papagaio tendo a intersecção dos Rios Araguaia e Tocantins.

Em se tratando desta grande instituição, cabe destacar que o suporte e assessoria prestada pela APA-TO as comunidades tradicionais e camponesas, no direcionamento destas comunidades na preservação do meio ambiente na exploração das riquezas naturais, nessa perspectiva, Dardot e Laval (2017) afirmam que se tratando à norma comercial, dentro da necessidade do bem-estar da população na produção, alguns bens devem ser produzidos por instituições sem fins lucrativos, que é o caso da APA-TO, que presta assistência às comunidades tradicionais e camponesas na comercialização dos seus produtos.

Figura 3 - Frente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, subsede Buriti do Tocantins-TO



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

Ao entrevistar o senhor Francisco Gomes da Silva (2022) no Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, subsede Buriti do Tocantins-TO (figura 3), nos relatou sobre o surgimento da APA-TO e a sua importância quanto uma organização que presta serviço de assessoria técnica e de apoio às ações desenvolvidas pelas comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”.

Olha! a APA-TO ela é como eu disse antes, ela foi criada já através de uma outra organização que já tinha já, que era através da igreja Católica né! Então tinha um... e aí depois foi dizer: vamos botar o outro, arrumar outro nome aqui, o nome certo e tem uma coordenação um pouco diferente daqui, não seja pessoas ligadas bem mesmo direto a igreja, aí foi criado a APA-TO, foi fundada e parece que em 92 né! E de lá pra cá, a APA-TO, tem sido uma organização que tem uma importância muito grande na sociedade, nas organizações social daqui da região do Bico, porque no Estado todo, porque a APA-TO tem, nois tem uma equipe aqui, que trabalha direito com a as organização social da agricultura familiar, e tem outra equipe que tem uma sede em Palmas, que trabalha já com os quilombolas, com o projeto quilombola. Então é um trabalho de fundamental importância, esse trabalho da APA-TO com as organizações, porque ela dá uma assessoria né! Com as organizações da nossa região<sup>6</sup>. (SILVA, 2022).

Pelos relatos do senhor Francisco Gomes da Silva (2022), a APA-TO desenvolve um trabalho tão importante, que para as comunidades tradicionais e camponesas é muitos mais que uma simples instituição, a APA-TO é considerada uma grande família que cuida de tantas outras famílias espalhadas pelo Tocantins, mas de um modo especial apresentadas por esta pesquisa, pelas comunidades do “biquinho”.

Para corroborar Dona Maria Senhora da Silva (2023)<sup>7</sup>, Presidente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, expõe sobre o desenvolvimento da APA-TO, quanto ao suporte e assessoramento prestado às comunidades tradicionais e camponesas.

APA-TO ela foi uma entidade criada por nós né, a gente criou a APA-TO quase no início do Estado do Tocantins né, que ideia era para assessorar né, o movimento sindical né, depois foi, foi, foi aí e veio à terra não agora APA-TO a gente tem que trabalhar, trabalhou para garantir, ganhar a terra agora a gente tem que trabalhar pra segurar o homem na terra. Aí que vem essa história da agricultura familiar né, e a APA-TO ela entrô né pra garantir tecnicamente né, eles não vão fazer assistência técnica lá no no mato, né lá na roça, mas elas orienta de como a gente garante a assistência técnica para gente né e garantir também, como é que a gente fazia levantamento, prano de negócio, onde, qualé o produto que precisa a gente produzir aqui no bico, então APA-TO ela faz esse tipo de trabalho, por inxemplo. Aí tem a terra que não tem um pingo d'água, mas quer a produzir. Aí a gente a APA-TO trabalhou a história da cisterna lá do nordeste. Que tem gente que não tinha água nem pá beber. Lá no assentamento do Tim, é... uma parte que num tinha água nem pá beber então a cisterna deles lá foi pá fazê água pra eles. (SILVA, 2023).

---

<sup>6</sup> Entrevista oral concedida pelo Presidente da APA-TO, Senhor Francisco Gomes da Silva, no dia 11 de junho de 2022 na subsede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriti do Tocantins-TO.

<sup>7</sup> Entrevista oral concedida pela Presidente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, Dona Maria Senhora da Silva, no dia 26 de maio de 2023 na sede do Sindicato em Esperantina-TO.

Percebe-se que ao longo dos anos, todos os grupos apoiados pela APA-TO passaram a se organizar formalmente como Associações de Agricultores Familiares. A experiência adquirida neste processo permitiu à APA-TO se reestruturar em duas principais linhas de atuação: o desenvolvimento local com enfoque participativo e a negociação e implementação de políticas públicas. (APA-TO, 2021).

Nos últimos anos, a APA-TO auxiliou no planejamento e execução de estratégias de desenvolvimento local através de diversas atividades de apoio à comercialização e gestão das associações, além de um contínuo trabalho de capacitação técnico-produtiva. Na área de políticas públicas, trabalha com capacitação de lideranças e técnicos, realização de estudos no campo e assessoria na negociação com órgãos governamentais. (APA-TO, 2021). Ainda mais, para uma instituição dar certo, Dardot e Laval (2017) reiteram que para durar, é necessário se adaptar com as mudanças e circunstâncias e deverá haver meios de regular os conflitos internos.

A diretoria da APA-TO, é dividida entre o conselho diretor, conselho fiscal, diretoria executiva, equipe técnica de campo e equipe técnica administrativa, onde o senhor Francisco Gomes da Silva (2022), explicou claramente a composição dos diretores e técnicos integrantes da APA-TO.

Tem o corpo técnico, que tem a pessoa que coordena o trabalho do corpo técnico, mais e aí essa criatura também não fica só nisso, aí nós tem o que chama que é o pessoal da burocracia lá maior né! Que no caso eu sou incluído também presidente da APA-TO, é o administrativo, pessoal do administrativo lá que é duas secretárias, que trabalha né! Aí nós temos uma que é especializado em contabilidade, para fazer esses trabalhos burocráticos e tem a outra também que é a mulher do Jorlando, que faz esse auxílio também a essa outra pessoa, e a Yuki que faz essa coordenação do corpo técnico, mas tudo quando vai fazer trabalho no campo, por exemplo uma reunião no campo, essas pessoas também vão tá lá, junto, e quando é uma atividade de campo, que é direto na roça, tem um técnico direcionado já para aquele projeto<sup>8</sup>. (SILVA, 2022).

A APA-TO é uma instituição que se auto sustenta por meio dos projetos financiados por instituições financeiras, que por meio desses projetos de assessoria consegue pagar suas despesas, pois a instituição contém uma sede na cidade de Augustinópolis-TO e funcionários. Dessa forma, o senhor Francisco Gomes da Silva (2022) relata por meio de suas palavras como a APA-TO mantém:

---

<sup>8</sup> Entrevista oral concedida pelo Presidente da APA-TO, Senhor Francisco Gomes da Silva, no dia 11 de junho de 2022 no Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, subsede Buriti do Tocantins-TO.

Aí ela sustenta o seguinte, nós temos um projeto, tem uma instituição financeira, que está financiando isso, está oferecendo um edital dessa forma, aí nós vamos discutir essa política desde o edital, se cabe a nós aceitar este edital ou não, pode trazer problema para nós né! Aí faz também, a APA-TO também faz um projeto para uma organização parceira, que nem uma associação de um assentamento, que tem uma diretoria atuante e uma comunidade também participativa<sup>9</sup>. (SILVA, 2022).

Pode se afirmar que a luta pela terra, e ao mesmo tempo, luta pela sobrevivência, para as comunidades da área estudada, ultrapassam a simples posse enquanto a apropriação e se constituem num elo de pertencimento ao território, de carinho pelo cuidado da terra, da historicidade da vivência das comunidades tradicionais e camponesas, por isso, deram-se o nome da região de “biquinho”.

A APA-TO desde a sua fundação, vem desenvolvendo ações de apoio e assessoramento técnica com comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”. São ações baseadas no diálogo de saberes e realizadas através de processos participativos, buscando um desenvolvimento socioambiental. O senhor Francisco Gomes da Silva (2022), nos relatou um exemplo de assessoramento que a APA-TO realiza nas comunidades tradicionais e camponesas que é a prática agroecológica, desenvolvida no manejo do solo, em que tem a participação de todos da comunidade, sendo realizada em forma de mutirão.

Aqui por exemplo, existe a do manejo do solo, existe a prática que se chama, que nós chama de prática agroecológica né! Que aí é forma de mutirão, trabalha, tem o que é o meio bem custoso o trabalho né! Que faz de forma de mutirão, a APA-TO sempre foi motivo junto com o sindicato às práticas ecológicas né! E aí é uma prática que é meio trabalhosa mas dá um resultado melhor para o solo né! E a outra prática, tirando disso é a queimada mesmo, queimando o solo para poder plantar arroz, milho, feijão, mandioca. Prática muita queimada ainda, agora é queimada pequena, controlada, porque também as terras são pouca, os pequenos proprietários, que são os médios produtores, eles não tem mais como fazer queimada, porque nem o pasto eles não queimam mais, porque se queimar vai ficar sem pro gado né! Então eles usa o adubo a ureia por exemplo, e roça o pasto, com a roçadeira também, e aí usa a ureia para poder melhorar a pastagem, mas não, não está queimando mais, e aí para a lavoura, tem deles que tem um, tira um canto lá na terra que é mecanizada, que faz essas coisas, mas o pequeno assentado mesmo, nois tem esse trabalho com agroecologia que faz esse manejo de uso sustentável da terra<sup>10</sup>. (SILVA, 2022).

---

<sup>9</sup> Entrevista oral concedida pelo Presidente da APA-TO, Senhor Francisco Gomes da Silva, no dia 11 de junho de 2022 no Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, subsede Buriti do Tocantins-TO.

<sup>10</sup> Entrevista oral concedida pelo Presidente da APA-TO, Senhor Francisco Gomes da Silva, no dia 11 de junho de 2022 no Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, subsede Buriti do Tocantins-TO.

Percebe-se a grandeza do trabalho da APA-TO em parceria com o Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, presta aos agricultores do “biquinho”, fazendo com que suas práticas sejam desenvolvidas de forma sustentável para que a agressão ao solo seja o mínimo possível, devolvendo ao solo insumos, nutrientes e melhorando a pastagem. Por outro ângulo, as comunidades tradicionais e camponesas além de serem amparadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), os movimentos sociais lutam juntamente com trabalhadores e trabalhadoras do campo, por uma sociedade mais justa e fraterna, garantindo a eles o reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e culturais das comunidades.

## **2.2 Direitos territoriais das comunidades tradicionais e camponesas**

Sabe-se que no Brasil as lutas e os movimentos sociais que buscam conquistar o direito à terra ainda enfrentam resistências de toda sorte, incluindo a violência, não apenas dos proprietários fundiários, mas também da velocidade do atendimento das ações esperadas do Estado, que, em alguns casos ainda sofre influência do poderio e dos interesses oligárquicos de grupos de fazendeiros.

O direito à terra pelas comunidades tradicionais e camponesas, na região do chamado “biquinho” iniciou como já abordado, com a luta pela terra a partir de meados dos anos 80, não somente com a atuação do Padre Josimo, mas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), teve sua participação, que concentra suas ações em três objetivos principais: lutar pela terra; lutar pela reforma agrária e; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. (MST, 2022).

A proteção das comunidades tradicionais e camponesas contra os que vinham brutalmente conduzi-los ao desapossamento da terra estava baseada em um conjunto de ideias organizativas, inclusive da produção econômica, que direcionava a ação camponesa. As comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho” uniam-se na luta pela terra, e esta capacidade de agrupamento era sua própria estratégia de autodefesa contra os que queriam exterminá-los. Era a possibilidade de vencer aqueles que os forçaram a abandonar a terra.

Diante das disputas pelo uso comum da terra, a luta travada pelas comunidades tradicionais e camponesas, na busca pelo reconhecimento de seus territórios, ganhou

ainda mais força a partir da organização dessas comunidades em sindicatos e outros movimentos sociais, que lidavam com a experiência das comunidades com vistas à promoção de justiça social e sustentabilidade.

A experiência dos movimentos sociais brasileiros surgidos no processo de redemocratização e de luta contra o regime autoritário propiciou a busca por políticas públicas favorecendo uma maior participação popular. A Constituição de 1988 estimula tais práticas. Essa seria uma nova forma de gerir a coisa pública, e o conjunto do Estado vai nessa direção. No entanto, nem sempre as formas e os instrumentos participativos oferecidos por essas políticas encontram eco nas práticas da população ou na pequena política local. E nem sempre as propostas políticas democráticas sabem lidar com as demandas da população. A etnografia de situações como as de conselhos municipais de meio ambiente e de audiências públicas pode mostrar os efeitos de dominação exercidos pela presença técnica de expertise, bem como o abafamento e a falta de espaço de diálogo com o saber leigo. (LOPES, 2006, p. 52-53).

Em se tratando do uso comum da terra, a Constituição de 1988 dita uma série de institutos normativos, visando à preservação do meio ambiente, à função ambiental da propriedade rural e, embora não tenha estabelecido critérios claros pelo artigo 186, não é impeditivo para a devida proteção ao meio ambiente. Tem como principal apoio e fundamento o artigo 225 da Carta Magna:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.  
[...]

As comunidades devem aproveitar, racionalmente, o potencial produtivo da propriedade e fazer o uso sustentável da terra, garantindo a preservação do meio ambiente.

No artigo 216, a Constituição Federal determina que deve ser promovido e protegido pelo Poder Público o patrimônio cultural brasileiro, considerando tanto os bens de natureza material quanto imaterial – o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Para as comunidades tradicionais e camponesas do chamado “biquinho”, a terra é o bem fundamental, pois dela são obtidos produtos para subsistência da família, além de ser o espaço de trabalho e de vivência. A terra é o elemento unificador do grupo social, no qual se constrói a história cotidiana de homens e de mulheres, dotando-se de significados a vida e o mundo dessas comunidades. (ASSUNÇÃO, 2006, p.4).

Além disso, as comunidades tradicionais e camponesas detêm uma conexão estreita com seu território na defesa de sua propriedade, como elemento que lhes permite sua plena sobrevivência. Além disso, do direito de uso e gozo do território como necessários à preservação ambiental e lhes permite manter seu próprio modo de vida tradicional e identidade e para Marés (2003), as terras destinadas a essas comunidades têm função suprida por sua simples afetação, já que favorecem a proteção ao patrimônio ambiental. Por si só constrói um vínculo entre a função social na garantia do direito à terra.

O reconhecimento jurídico das comunidades tradicionais e camponesas, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado em nossa Constituição Cidadã de 1988, conheceu um incremento neste início do século XXI. As ações de mobilização perpetradas pelos movimentos foram fortalecidas por medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais. Acrescente-se aos efeitos destes dispositivos o reforço de instrumentos elaborados por agências multilaterais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Numa breve retrospectiva pode-se frisar que, em junho de 2002, evidenciando a força das reivindicações dos movimentos sociais e ressaltando o caráter aplicado do conceito de terras tradicionalmente ocupadas<sup>11</sup>, o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto Legislativo nº 143 de 2002, que aprova o texto da Convenção nº 169 da OIT. Esta Convenção, que é de junho de 1989, reconhece como critério fundamental os elementos de auto identificação, e reforça, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados principalmente por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas.

---

<sup>11</sup> Para Almeida (2004, p. 11-12) são consideradas como “terras tradicionalmente ocupadas”, e enfrentam obstáculos à sua efetivação, aquelas áreas de uso comum voltadas para o extrativismo, para a pequena agricultura e para o pastoreio, focalizadas por diferentes instrumentos jurídicos, que buscam reconhecer suas especificidades, quais sejam: • os dispositivos das Constituições estaduais, como aquelas do Maranhão e da Bahia, que falam respectivamente em assegurar “a exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária” (Art.196 da Constituição do Maranhão de 1990) e em conceder o direito real de concessão de uso nas áreas de fundo de pasto (Art.178 da Constituição da Bahia de 1989); • A lei estadual do Paraná de 14 de agosto de 1997 que reconhece formalmente os faxinais como “sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental.” (Art.1); • e as leis municipais aprovadas no Maranhão e no Tocantins desde 1997, mais conhecidas como “leis do babaçu livre”, que disciplinam o livre acesso aos babaçuais.

Pela Convenção nº 169 da OIT, os membros das comunidades tradicionais e camponesas podem ter acesso a uma série de direitos específicos, ao mesmo tempo que continuam podendo acessar todos os direitos disponíveis ao cidadão brasileiro comum.

A Convenção determina que os governos devem proteger os povos e comunidades que possuem culturas e modos de vida diferenciados. Isso implica proteger seus territórios, suas organizações, suas culturas, suas economias, seus bens (materiais e imateriais) e o meio ambiente em que vivem. Além disso, essas ações devem ser realizadas com a participação dessas comunidades, de acordo com os seus desejos e interesses.

[...]

Artigo 2º

1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

2. Essa ação deverá incluir medidas:

a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;

b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;

c) que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças sócio - econômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida.

[...]

Artigo 4º

1. Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados.

2. Tais medidas especiais não deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados. (OIT, 1989).

Os direitos territoriais são reconhecidos como fundamentais, bem como os direitos de livre acesso as riquezas naturais de que se utilizam tradicionalmente para sua reprodução social, cultural, econômica, ancestral e religiosa:

[...]

Artigo 14

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser

dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

#### Artigo 15

1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados. (OIT, 1989).

Além disso, os povos e comunidades tradicionais têm direito de permanecer nas terras que tradicionalmente ocupam e seu reassentamento só deve ocorrer excepcionalmente, mediante diversas garantias que a lei prevê:

#### Artigo 16

1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam.

2. Quando, excepcionalmente, o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.

3. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.

4. Quando o retorno não for possível, conforme for determinado por acordo ou, na ausência de tais acordos, mediante procedimento adequado, esses povos deverão receber, em todos os casos em que for possível, terras cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais àqueles das terras que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro. Quando os povos interessados preferirem receber indenização em dinheiro ou em bens, essa indenização deverá ser concedida com as garantias apropriadas.

5. Deverão ser indenizadas plenamente as pessoas transladadas e reassentadas por qualquer perda ou dano que tenham sofrido como consequência do seu deslocamento. (OIT, 1989).

A ratificação da Convenção nº 169 não apenas reforça instrumentos de redefinição da política agrária, mas também favorece a aplicação da política ambiental na percepção de preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade ambiental.

Enquanto reivindicação atual de grupos sociais e povos face ao poder do Estado e enquanto direito manifesto através de uma diversidade de formas de

autodefinição coletiva, as comunidades tradicionais e camponesas têm-se mobilizado, envolvendo num processo de construção do pela luta à terra, a partir de situações críticas de tensão social e conflitos.

De outro lado, novas percepções de fenômenos recentes, próprias da ambientalização<sup>12</sup> de conflitos sociais, nos permitem apresentar de modo mais acurado como os novos significados de natureza têm se tornado expressões indissociáveis do discurso e das práticas dos movimentos sociais em sua relação com os aparatos de Estado.

A segunda conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro e, pela enorme repercussão que causou, inseriu definitivamente o meio ambiente entre os grandes temas da agenda nacional e global. Como abordado anteriormente, a Eco-92 foi a precursora para que a APA-TO fosse criada. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas e biomas da Terra.

Assinada em 1992, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) passou a valer no Brasil a partir de 1998, por meio do Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Seus objetivos são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Essa Convenção é importante, porque trata ao mesmo tempo da conservação da biodiversidade e da proteção das comunidades tradicionais que vivem em estreita relação com as riquezas naturais. Nesse sentido, há uma inovação na forma como se percebe a relação entre ser humano e natureza, admitindo que eles podem conviver de forma sustentável. Essa ideia é expressa como dever do Brasil no inciso I do artigo 8º da CDB:

[...]

---

<sup>12</sup> O termo "ambientalização" é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. [...] indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais - e, no caso da "ambientalização", dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do "meio ambiente". Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. (LOPES, 2006, p. 34).

i) Procurar proporcionar as condições necessárias para compatibilizar as utilizações atuais com a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes; (ONU, 1992).

Essa relação harmônica entre grupos humanos e natureza tem sido possível por intermédio dos conhecimentos e das tecnologias tradicionais que, em grande medida, têm assegurado a conservação da biodiversidade nos territórios tradicionalmente ocupados. A proteção desses saberes específicos dos povos e comunidades tradicionais é objeto da alínea c do artigo 10. As alíneas b e d desse mesmo artigo reforçam a possibilidade da convivência harmônica entre comunidades e biodiversidade.

Art. 10 – Utilização sustentável de componentes da diversidade biológica  
[...]

b) Adotar medidas relacionadas à utilização de recursos biológicos para evitar ou minimizar impactos negativos na diversidade biológica;

c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável;

d) Apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida. (ONU, 1992).

Levando em consideração sobre as comunidades tradicionais e camponeses, com a intensificação das discussões, mobilizando associações, entidades e movimentos, os órgãos governamentais acataram as reivindicações e logo após, foi instituída no dia 7 de fevereiro de 2007 o Decreto nº 6.040, no qual cria a PNPCT, que busca garantir o reconhecimento e a sustentabilidade dos povos e das comunidades tradicionais, por meio do fortalecimento dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização às suas identidades, formas de organização e instituições.

A definição de povos e comunidades tradicionais e territórios tradicionais, assim como a de desenvolvimento sustentável, aparecem no art. 3º do Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts.

231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (BRASIL, 2007).

Além disso a PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável<sup>13</sup> dos povos e comunidades tradicionais, com destaque no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007). Dentro deste viés, em conformidade com a PNPCT, a APA-TO atua no apoio e dá as comunidades tradicionais e camponesas, suporte na produção dos produtos cultivados por estas comunidades, por meio da promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando as riquezas naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais. Ademais, o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais e camponesas, faz com que estas usem as riquezas naturais de forma equilibrada, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Preconiza também o respeito e valorização da identidade de povos e comunidades tradicionais, bem como de suas formas de organização e de suas diferentes instituições. A referida Política está estruturada a partir de quatro eixos estratégicos: 1) Acesso aos Territórios Tradicionais e as Riquezas Naturais 2) Infraestrutura 3) Inclusão Social e 4) Fomento e Produção Sustentável. Em seu texto encontra-se a seguinte definição para o conceito comunidades tradicionais: Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e riquezas naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

---

<sup>13</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu a partir dos estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, no início da década de 1970, como uma resposta à preocupação da humanidade, diante da crise ambiental e social que se abateu sobre o mundo desde a segunda metade do século passado. Esse conceito, que procura conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social e com o respeito ao meio-ambiente, hoje é um tema indispensável na pauta de discussão das mais diversas organizações, e nos mais diferentes níveis de organização da sociedade, como nas discussões sobre o desenvolvimento dos municípios e das regiões, correntes no dia-a-dia de nossa sociedade. (GONÇALVES, 2005, p. 1).

Consequentemente, as comunidades tradicionais e camponesas no chamado “biquinho” tentam garantir seus direitos territoriais por meio de formas de produção, comercialização e divulgação dos seus produtos advindos da própria terra de resistência, como afirmação dos direitos traçados em favor das comunidades, no capítulo seguinte iremos verificar tais direitos por meio das práticas quanto ao acesso à terra.

### **3 COMUNIDADES TRADICIONAIS E CAMPONESAS NO CHAMADO “BIQUINHO”: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS QUANTO AO ACESSO À TERRA, FORMAS DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

A produção, comercialização e divulgação dos produtos frutos do território do chamado “biquinho”, neste capítulo compreendemos as práticas comunitárias e perspectivas de luta pela posse da terra, advindos dos saberes e lutas das mulheres quebradeiras de coco, protagonistas do seu território, que dedicam e cuidam do que está sob sua responsabilidade, não esquecendo do advento das leis municipais dos que compõem o “biquinho” que garantem o livre acesso à terra para a coleta do coco babaçu.

#### **3.1 A produção do comum como base na posse da terra**

Considerando às lutas políticas e práticas das comunidades tradicionais e camponesas do chamado “biquinho”, no contexto de enfrentamento à economia neoliberal global de que discorrem Dardot e Laval (2017), que em suas afirmações sobre essa temática, estabelecem as várias possibilidades de reivindicação dos bens comuns, associando à direitos fundamentais a ampliação dos bens comuns da humanidade.

Entre as várias possibilidades, o comum deve ser concebido como a nova condição imprescindível à vida. Nesse sentido, condenam os cerceamentos concebidos como a ordem da propriedade privada e pública, já que o conceito de público está atrelado à tradição do Estado burguês. A seguir trazemos uma citação do conceito de comum conforme Dardot e Laval (2017).

Longe de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo “comum” designa não o ressurgimento de uma ideia comunista eterna, mas o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. [...] Em resumo, “comum” se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista. (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 17-18).

Nesse sentido, as práticas comunitárias de luta pela posse da terra, as formas de produção, comercialização e eventos de divulgação no “biquinho”, considerando sua tradição histórica, se aplicam a essa realidade em questão, ao se verificar seu

fundamento na base do que Thompson (1987) chama de economia moral da posse da terra, como perspectiva da terra para trabalho. Nesse sentido, o momento inicial da ocupação marcado pela posse e não da propriedade moderna da terra, se impõe como pressuposto histórico que é o fundamento das formas de vida das comunidades tradicionais e camponesas quer produzindo na base da economia extrativista como o babaçu, ou produtos agrícolas, quer nas comemorações festivas, mobilizações em prol de recursos (i)materiais como a água, as memórias e os eventos de reivindicação pela posse e produção da terra, e de aquisição de conhecimentos ao melhor manuseio com a terra. São práticas socioespaciais que sustentam a construção do edifício do comum com base na posse da terra.

A história da luta pela posse da terra vivenciado pelos camponeses e tradicionais, especificamente nos municípios do chamado “biquinho” deve sempre merecer ser enfocada, e neste sentido nossa pesquisa é uma contribuição com a pretensão de aproximação à produção do comum na relevância dessas comunidades enquanto sujeitos do processo.

As comunidades como integrantes de um discurso fundamentado a partir das suas práticas sem desmerecer as inserções que se vinculam à cultura no contexto da atual globalização, o que se reverte em possibilidades de ressignificação pelas comunidades no que se refere à realização dos eventos com relação às novas tecnologias e formação do discurso, ressignificando o global ao local (SANTOS, 2006), conforme podemos constatar nos meios de comunicação e no discurso da própria APA-TO. Isso significa que, com dados investigados, o fato de valorização das suas práticas, ações, melhorias e eventos não estão imunes ao uso das novas tecnologias, especialmente as de comunicação, porém, adotando o princípio político como sentido da produção do comum (DARDOT e LAVAL, 2017).

A possibilidade de associação de identidades, as tradições e inovações não significam perda dos valores mais arraigados ao longo do tempo, sobretudo no período que compreende 1964 a 1985, período mais emblemático da luta pela posse da terra, com elementos (i)materiais a ela inerentes (água, florestas, qualidade de vida, ambiente), não podem partir de um estereótipo construído fora de seu espaço, mas, sim de um ponto de vista relacional à necessidade de perpetuar e aprofundar as formas de vida como princípio que também já é preconizado em escala global (HALL, 2006).

A perspectiva da produção do território em projetos que preconizam a relação E-P-C-N (Economia, Política, Cultura e Natureza), afirmada na citação que trazemos de Saquet (2013): “[...] compreende o território como um produto histórico, como conjunto de patrimônio, através dos quais se constroem novos estilos de desenvolvimento sustentável ou auto sustentabilidade.” (SAQUET, 2013, p. 148).

Na perspectiva de Santos (2006) a produção do território é a necessária busca do equilíbrio entre a produção econômica dentro de princípios políticos que a associe com a cultura, preservando o meio ambiente. É claro que nessa equação não há lugar para visão homogênea nem para a produção hegemônica que privilegie o global em detrimento do local, mas também, que não exclua o global do local, e sim, busque a constante e possível equalização como desafio na atual globalização.

A ideia de homens lentos que a modernização econômica imprime às comunidades tradicionais e camponesas é mais a falácia do discurso dessa modernização que para se impor, precisa destruir os modos anteriores de vida, seja dos povos nativos, tradicionais como os quilombolas, sejam, especificamente, os posseiros. Assim, o que ocorreu nessa região foi que os posseiros foram influenciados por novos impulsos de inovações, como um certo grau de urbanização do contexto regional, considerando a atração migratória por cidades como Imperatriz-MA, Marabá-PA e Araguaína-TO. As inovações tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, respondem por um certo grau de fragilidade afetando costumes e hábitos da cultura dessa população, portanto implicando a necessidade da ressignificação dessas forças globais às diferentes formas de vida no âmbito das comunidades; nesse ponto, vale lembrar eventos atuais que são realizados à distância de forma remota, sobretudo envolvendo segmentos da juventude em defesa dos valores, de suas produções e de suas perspectivas.

Este contexto recebe uma aproximação a Sahlins (1997, p. 8) que aborda sobre a “teoria do sistema mundial”, na qual ele coloca que as sociedades tradicionais como os pequenos produtores, como parte dessas sociedades que são submetidas a mudanças radicais, forçadas externamente pela expansão capitalista pelos grandes latifundiários”. Sahlins (1997) expõe sobre o interesse particular de uma classe dominante que tenta de alguma forma reprimir a classe subjugada, conforme suas palavras:

Não precisamos exagerar o contraste em relação a nós mesmos, isso porque o interesse geral dos estados burgueses é o interesse particular de suas classes dominantes, conforme os ensinamentos de Marx. Porém, a

sociedade capitalista realmente tem um modo distintivo de aparência e, portanto, uma consciência antropológica definida, também difundida nas disposições teóricas da academia. (SAHLINS, 1997, p. 76)

Do mesmo modo, cabe uma reflexão sobre a história de vida desses “novos” sujeitos comunitários, cujas análises pouco ou quase nada os consideram. A cultura desses sujeitos deve ser compreendida como instrumento de consciência política, expressada em sua história de vida e de seus antepassados. Neste processo, passado, presente e o futuro estão colocados de forma integrada, pois constituem e estruturam sua ação frente às transformações globais. Um processo que deve ser interpretado como uma estratégia de sobrevivência e, sobretudo, uma arma de luta.

É possível nesses tempos de globalização, exercer pressão sobre essas forças hegemônicas pela identificação e engajamentos dessas comunidades, podendo se beneficiar da força que as comunicações oferecem para a mobilização, a organização e o engajamento político em prol do comum?

Neste sentido, a APA-TO junto às comunidades tradicionais e camponesas do chamado “biquinho”, tem se mobilizado pelo uso comum na posse da terra e pelo acesso as riquezas naturais, como projetos voltados na comercialização dos produtos da agricultura; projeto sabores e saberes do Bico do Papagaio; e a festa do babaçu, realizada no município de Buriti do Tocantins.

A resistência cultural e política na história das comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho”, famílias que vieram do Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, regiões nas quais a hegemonia econômica já se fazia sentir na ocorrência de um modelo agrário concentrador, o que fez da migração uma forma de resistência às imposições que os condicionava à condição de agregados e subordinados. Isto é, essas constantes mudanças podem ser interpretadas como uma fuga frente às transformações que regulavam suas vidas, caracterizadas por expulsões evidentes ou disfarçadas. (OLIVEIRA, 2010). Neste sentido, Saquet (2013), afirma a territorialidade como característica identitária enraizada com significados em ações históricas.

O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e

sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET, 2013, p. 142).

Há um legado socioterritorial das comunidades tradicionais e de camponeses do chamado “biquinho” eivado de mentalidade religiosa, fomentada na figura do Padre Josimo Morais Tavares e na CPT, para citar um exemplo emblemático, bandeiras éticas guiadas pelo sentimento de luta por justiça na longa herança negativa de exclusão do acesso à terra no Brasil (MARTINS, 1993). Esse agente religioso e político engajado, conhecido por sua defesa intransigente aos posseiros oprimidos, causou medo e ódio aos fazendeiros do Bico do Papagaio que também demonstraram ainda mais seu preconceito diante de um padre negro.

A atuação da CPT na região do chamado “biquinho”, mediante trabalho desenvolvido pelo Padre Josimo, percebemos que a luta pela terra, não se faz num passado distante como colocam as mídias, juntamente com alguns pareceres produzidos pelos governos atuais.

Através da CPT deduzimos que as comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho” não cessam na luta por seus direitos. Dessa forma a Teologia da Libertação<sup>14</sup>, ou Teologia dos Pobres se desenvolveu no sentido de construir as bases de sustentação para a luta dos oprimidos. Propõe uma mudança de postura política ante a fé, aplicada por diversas vezes na região pelo Padre Josimo, tal proposta questionada pela ideia de Estado laico, nas tomadas de decisões políticas, na teologia da libertação vários religiosos, inclusive Padre Josimo assumiu posturas e um pragmatismo que demonstrou sua indignação perante o que se vivia na época pelas comunidades.

Territorializar a fé a partir dos ensinamentos de Cristo, que por diversas vezes foi então efetuado pelo Padre Josimo, fazendo a escolha pela defesa dos pobres e caminhando contra determinadas decisões dos antigos da Igreja Católica tornou-se um questionamento indivisível na atuação religiosa. Preparar as bases para a transformação para efetuar a transformação humana tornou-se o objetivo principal na medida em que foram surgindo as necessidades práticas, as estratégias foram se

---

<sup>14</sup> A Teologia da Libertação nasce numa conjuntura social de grande violência no campo, devido à concentração fundiária em vários países da América Latina. A partir de 1964, o Brasil se torna o país de maior concentração fundiária no mundo. Possui vasta extensão de terras que ao invés de promover a socialização da produção, inversamente conhece lógicas diferentes de apropriação e usufruto. (CHAVES, 2015, p. 67).

construindo para os combates que vinham surgindo tanto em outras partes do Brasil, como na região do chamado “biquinho”.

No município de Buriti do Tocantins, foi construído um memorial em homenagem ao Padre Josimo Moraes Tavares (figura 5) para relembrar sua luta junto ao povo do Bico do Papagaio. Ele chegou em 1983 à região e três anos depois foi assassinado, aos 33 anos, representando um marco na luta pela terra local. Católico, integrante da CPT, Padre Josimo fez história. (APA-TO, 2021).

Figura 4 - Frente da Igreja de Buriti do Tocantins, onde está sepultado os restos mortais do Padre Josimo



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

Figura 5 - Interior da Igreja de Buriti do Tocantins



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

Figura 6 - Túmulo do Padre Josimo Moraes Tavares



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

Quando chegou na região havia muitos pequenos agricultores em terras devolutas, mas depois chegaram diversos rendeiros com documentos de cartórios e fazendeiros. Toda a elite, juizes, gestores públicos e a polícia, segundo os moradores, expulsavam os camponeses de suas terras. Nesse contexto, Josimo ajudou a fundar os primeiros sindicatos, informar as leis e realizar reuniões. Despertou a ira da elite de toda a região, e se tornou um ser político ao procurar os mais humildes. (APA-TO, 2021).

É importante lembrar que todo ser humano tem direito à terra para morar ou plantar, mas no caso dos municípios do chamado “biquinho”, isso parece não ser respeitado devido à ambição e ganância por dinheiro e poder no campo. Nesta perspectiva, Balandier (1967, p. 72 apud SAHLINS, 1997 p. 108) afirma que “os homens chegam ao poder pela devoração da substância dos outros”.

Diante disso, Sahlins (1997) afirma que o Estado (soberano) é exposto como “alguém que está acima e além das diversas classes funcionais constituidoras da sociedade, todas representadas na sua pessoa” (SAHLINS, 1997, p. 61). Essa que pode ser aqui concebida como uma justificativa de se aproximar da necessidade da produção do comum de Dardot e Laval (2017), ao afirmarem que a produção do comum transcende o público e o privado, ou seja, uma nova perspectiva de sociedade em âmbito global que se faz necessário construir como saída ao neoliberalismo. O comum se aproxima das práticas socioespaciais, já que estas englobam todas as ações humanas, tanto focando a materialidade quanto a imaterialidade, como conjunto de posses que dão sentido à vida e sentido de luta.

O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades (ritmos) e territorialidades, [...]. (SAQUET, 2013, p. 162).

Isso corrobora as palavras de Saquet (2013) com base na relação E-P-C-N como a diversidade inerente ao desenvolvimento socioterritorial. A luta pela posse e produção da terra é uma luta sangrenta que envolve violência e impunidade. Os movimentos sociais de luta e resistência que surgiram com o intuito de ajudar a manter firme o direito e a posse da terra, a participação da sociedade local e da comunidade de intelectuais é de suma importância para tentarem conseguir de fato mudar a realidade.

Podemos encontrar uma representação cultural e identitária no cotidiano das comunidades tradicionais e camponesas do chamado “biquinho” no contexto do Bico do Papagaio, que se materializou através da resistência simbólica que ocorreu durante o processo de mudança imposto pelos projetos desenvolvimentistas dos sucessivos governos militares. Isto é, existiu e existe, entre as comunidades tradicionais e de camponeses, traços da cultura indígena, uma vez que a natureza aparece como ordenadora da organização social.

De sorte que temos à mão um desafio de pesquisa num recorte territorial tocantinense repleto de diversidade social, com práticas de fortes vinculações à posse da terra que se desdobra em outras práticas de diversidade de formas de produção, de mercado, que são divulgadas por meio dos eventos característicos das identidades das diversas comunidades que povoam esse território. Tratando-se da diversidade das várias formas de luta pelo uso comunal da terra e seus frutos, as mulheres quebradeiras de coco babaçu em seu protagonismo, por meio da produção e comercialização, demonstram a luta dos seus direitos oriundos às suas práticas.

### **3.2 As quebradeiras de coco babaçu no “biquinho” e suas práticas**

As mulheres quebradeiras de coco babaçu desempenham um papel fundamental nas comunidades tradicionais e camponesas onde atuam, especialmente em regiões como o Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, onde o babaçu é abundante. Estas mulheres, muitas vezes vindas de contextos socioeconômicos desafiadores, encontram no trabalho de quebrar e processar o coco babaçu uma fonte essencial de subsistência.

Seus modos de vida estão intrinsecamente ligados às atividades relacionadas ao babaçu. A coleta dos cocos, a quebra, a separação dos diferentes componentes e a produção de óleo e outros derivados são parte integrante de suas rotinas diárias. Este processo manual não apenas sustenta suas famílias, mas também preserva as tradições culturais transmitidas de geração em geração.

Além do aspecto econômico, as quebradeiras de coco babaçu desempenham um papel significativo na preservação ambiental. O babaçu cresce de forma selvagem em áreas de cerrado e florestas, e a coleta sustentável realizada por essas mulheres contribui para a manutenção do ecossistema. O manejo cuidadoso do

babaçu é essencial para garantir a sobrevivência da planta e, por consequência, a diversidade ecológica da região.

Apesar de sua importância vital, as quebradeiras de coco babaçu muitas vezes enfrentam desafios socioeconômicos e questões relacionadas aos direitos. A representação institucional dessas mulheres frequentemente carece de reconhecimento adequado, e a falta de políticas eficazes pode comprometer a garantia de condições de trabalho justas e a preservação ambiental.

As relações estabelecidas entre as próprias quebradeiras de coco babaçu são marcadas pela solidariedade e apoio mútuo. Em suas comunidades, elas não apenas compartilham conhecimentos sobre o manejo do babaçu, mas também enfrentam juntas os desafios sociais e econômicos que permeiam suas vidas.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu não são apenas trabalhadoras incansáveis, mas também guardiãs de tradições, defensoras do meio ambiente e agentes de mudança em suas comunidades. Reconhecer e valorizar suas contribuições é essencial para promover práticas sustentáveis, equidade de gênero e preservação cultural nas regiões onde atuam.

Quanto ao acesso aos bens comuns da terra, às formas de produção e comercialização, as mulheres extrativistas, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu, são protagonistas nas dimensões: histórica, econômica, social, política, ambiental e cultural nas comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho”, considerando que o extrativismo do coco babaçu, está constantemente sob ameaça, seja para impedir que essas mulheres entrem em contato com a floresta do babaçu, seja pela expansão do agronegócio em áreas dominadas por essas palmeiras (figura 7) como as propriedades de grandes latifundiários.

Figura 7 - Palmeira do coco babaçu



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (2021).

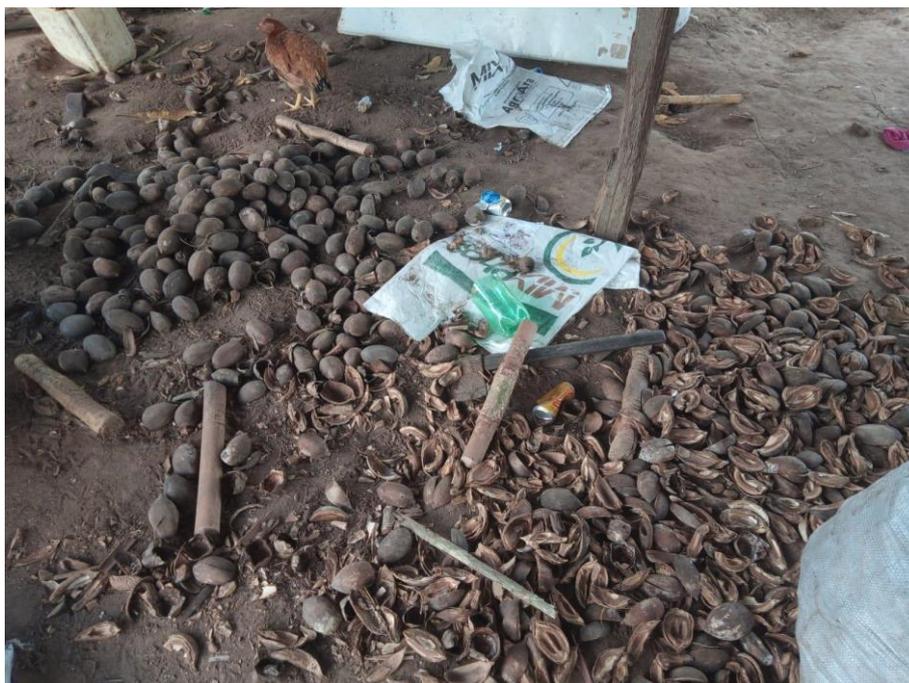
Através da história de luta pelo direito de livre acesso às áreas de proteção dos babaçuais, que tem como protagonistas as mulheres quebradeiras de coco, algumas questões relativas à produção e comercialização dos produtos e subprodutos, a relação social da mulher e o coco babaçu e a abordagem dessas práticas como símbolo na luta pelos direitos das mesmas e suas famílias rumo ao desenvolvimento socioterritorial pautado no equilíbrio socioeconômico político e ambiental. Santos (2021, p. 39), enfatiza que os territórios das mulheres quebradeiras de coco, que foram e são parte daquele lugar, formam-se por meio da cultura e identidades que vão surgindo. As mulheres quebradeira de coco babaçu, tem a partir da ação de quebrar o coco, o meio de afirmar sua posição de fazer parte do seu território com seus instrumentos de trabalho, o cofo<sup>15</sup>, o machado e o macete<sup>16</sup> (figura 8).

---

<sup>15</sup> O cofo é um acessório muito utilizado em casa para juntar os cocos babaçus e os materiais de que precisam para ir à coleta nos babaçuais. (SANTOS, 2021, p. 38).

<sup>16</sup> Pequeno instrumento de madeira usado para dar golpes, para bater no babaçu para retirar as amêndoas.

Figura 8 - Local de quebra do coco babaçu



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

Na análise dessas práticas o recurso à memória de vida de Dona Raimunda Quebradeira de Coco é aqui o fio condutor da história das guardiãs da floresta e do penoso e nobre caminho que as mesmas têm trilhado, tendo esta como símbolo maior de inspiração e de filosofia de vida.

O babaçu é uma nobre palmeira (figura 7) nativa da região norte e das áreas de cerrado, por isso, e atendendo a esses critérios, é encontrado em abundância nos municípios do chamado “biquinho”, norte do Tocantins e do Brasil. Neste território, o extrativismo do babaçu é feito em sua grande maioria pelas mulheres, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu, as quais possuem importante papel histórico, econômico, social, político, ambiental e cultural, representando a partir daí importantes protagonistas da força de trabalho feminino na produção inerente ao babaçu.

O extrativismo do babaçu é uma atividade secular desenvolvida e praticada como atividade de subsistência ou complemento de renda familiar, praticada majoritariamente por mulheres que, para garantir a continuidade da atividade, ensinaram e continuam ensinando as técnicas necessárias para o desenvolvimento dessa atividade a seus descendentes. Apesar de sua importância e abrangência em diversos estados, as áreas de cocais estão sendo destruídas. (MONTEIRO, 2020, p. 16).

As quebradeiras de coco babaçu na região do chamado “biquinho” fazem parte da paisagem natural das comunidades no contexto do Bico do Papagaio e em todo o

território do Estado do Tocantins. Com a expansão da pecuária e outros interesses conflituosos pela terra na região, essas mulheres quebradeiras de coco babaçu passaram a ter uma postura ativa diante da sociedade.

É interessante a observação dada por Barroso, Freitas e Figueiredo (2021, p. 124 - 125), que a atividade de coleta e quebra do coco babaçu era acessória ao plantio de mandioca. Cabe esclarecer que a atividade acessória está adversa à atividade principal, no caso a roça. No entanto, tanto a quebra de coco quanto o plantio recebem sua devida importância no trabalho familiar camponês.

Ao observar o babaçual, cada cacho, por sua vez, pode produzir de 300 a 500 cocos. O babaçu pode ser usado para fabricação de xaxim, estofados, embalagens e adubo orgânico e lenha; no interior do coco pode haver de 3 a 5 amêndoas (figura 10) que tem valor comercial por serem a principal matéria-prima para a produção do óleo de coco babaçu (figura 11), que pode ser utilizado na alimentação quanto na fabricação de cosméticos. Neste sentido, costuma-se dizer que tudo se aproveita desta palmeira.

Figura 9 - Quebradeira de coco extraíndo a amêndoa do coco babaçu



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (2021).

Figura 10 - Amêndoas do coco babaçu



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

Figura 11 - Processo de extração do óleo do coco babaçu



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

A comercialização do azeite e demais subprodutos do coco babaçu na extensão territorial do chamado “biquinho”, no contexto do Bico do Papagaio, é feita diretamente nas comunidades rurais e nos mercados dos municípios. Com o apoio da APA-TO, a comercialização dos subprodutos do coco babaçu (figura 12) nesse território é uma importante geração de renda e melhoria na qualidade de vida das mulheres quebradeiras e de suas famílias (APA-TO, 2021). Nesse sentido, em 2011 foi promovido o curso de higiene no beneficiamento, para extrair o azeite com qualidade, e nos anos seguintes, cursos de boas práticas no âmbito dessa produção (ISHII, FERREIRA NETO, LIMA, 2018).

Figura 12 - Subprodutos do coco babaçu



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (2021).

Segundo APA-TO (2021), durante a Caravana Agroecológica e Cultural do Bico do Papagaio entre os dias 08 a 10 de novembro de 2013, em visita a comunidade Olho d'Água, no Município de São Miguel-TO, o senhor Cosmo Nunes da Paixão<sup>17</sup>, representante da comunidade, afirma que:

Cerca de 19 famílias moram em 43 alqueires, o que dá cerca de 190 hectares. Seus produtos, frutos de um laboratório de experimentação a céu aberto, são

<sup>17</sup> Entrevista oral concedida pelo representante da Comunidade Olho d'Água, no Município de São Miguel - TO, Senhor Cosmo Nunes da Paixão, disponibilizada pelo site da APA-TO.

vendidos na feira da cidade e nos mercados institucionais. Cerca de 80% das famílias da região sobrevive praticamente da renda do babaçu, cujo coco é 100% aproveitado: artesanato (figura 13), mesocarpo (farinha), óleo, azeite artesanal, cosméticos, etc. Sua melhor safra é de maio a novembro. (APATO, 2021).

Figura 13 - Artesanato sendo comercializado na Feira de São Miguel do Tocantins



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023)

Deve-se ressaltar a importância da preservação desta palmeira, que até hoje é caracterizada como um bem precioso para as mulheres quebradeiras de coco babaçu

das comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho”, a partir dessa afirmação, o senhor Cosmo Nunes da Paixão<sup>18</sup>, ainda expôs:

[...] a forma da nossa convivência com a mata, cada árvore dessa tem um tempo e uma necessidade para a gente. Cada morador tem o seu quintal, mas tem um local comum. A gente não coloca veneno e adubo químico. Papai dizia que nesta terra nunca colocaríamos agrotóxicos, cerca de 14 anos ele morreu, mas não acabou. Assim preservamos a água também com suas nascentes. (APA-TO, 2021).

Na perspectiva de Barroso, Freitas e Figueiredo (2021, p. 130-131), a preservação das palmeiras do babaçu, o agroextrativismo se demonstra como uma prática na produção da agricultura sustentável, não só na preservação dos babaçuais, mas também na produção de outros alimentos, que desse modo contribuem positivamente para o crescimento econômico e para a soberania alimentar das famílias da comunidade local.

As palmeiras de babaçu têm importância fundamental na reprodução física, social e cultural das quebradeiras de coco babaçu, o que contraria a noção dogmática da propriedade privada, que trata a árvore como um importante acessório do solo. Assim, a palmeira é mãe das quebradeiras, representam a vida, e é daí que as quebradeiras retiram todo o seu sustento, bem como sua força para continuar lutando pela preservação dos babaçuais para que haja a continuidade da existência não somente delas, mas de todos os povos das águas, das florestas, do cerrado, das comunidades tradicionais como um todo e de todos os seres humanos que dependem desses recursos para sobreviver. (BARROSO, FREITAS, FIGUEIREDO, 2021, p. 120-121).

Ademais, em se tratando sobre a diversificação do aproveitamento do coco babaçu, o mutirão de saberes agroecológicos, um programa da APA-TO em parceria com a Rede Bico Agroecológico, desenvolvido na comunidade Olho d'Água, afirmam que nos municípios do chamado “biquinho” as diversas formas de aproveitamento do coco babaçu se estendem não só ao seu uso, enquanto produto do extrativismo sustentável no Brasil, mas também como fonte de renda e alimentação. (APA-TO, 2021).

---

<sup>18</sup> Entrevista oral concedida pelo representante da Comunidade Olho d'Água, no Município de São Miguel - TO, Senhor Cosmo Nunes da Paixão, disponibilizada pelo site da APA-TO.

Figura 14 - Barracão em construção para extração dos subprodutos do coco babaçu na Comunidade Olho d'Água



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2023).

Figura 15: Mesocarpo de babaçu



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins, 2021.

A experiência dessa comunidade é fruto de uma história de muita luta. Buscaram terras devolutas na região para habitar em 1958, após muitos conflitos com

os fazendeiros. Foi preciso mais de dez anos de resistência para conquistar a titulação da terra. A lavoura era tradicional, mas com as dificuldades diversificaram o sistema. As lutas sindicais começaram em 1982, defendendo os trabalhadores no meio de pistoleiros, foi nesse processo de luta e resistência que várias entidades na região do chamado “biquinho” foram criadas, e evidenciou as comunidades tradicionais e camponesas a preservação do meio ambiente. (APA-TO, 2021).

Diante das evidências pelo processo de resistência pela terra e pela preservação do meio ambiente, a APA-TO desenvolve ações em parceria com:

- Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio (AEFA-BICO) - criada em 2007 com a finalidade de promover a educação do campo e a agroecologia e gerir a Escola Família Agrícola Padre Josimo.
- Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) – criada em 1992 com o objetivo de organizar as mulheres trabalhadoras rurais, organizadas em núcleos, para garantir e lutar pelos direitos das mulheres, da sua afirmação na sociedade e da produção econômica dos produtos agroextrativistas com destaque para o babaçu.
- Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti (AMB) – criada em 1989 com o objetivo de organizar as mulheres agricultoras na luta pela terra e, posteriormente, para permanecer na terra com produção sustentável.
- Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Falcão e Região (APIMELFRE) – criada para incentivar a criação de abelhas nativas e africanizadas para conservação do meio ambiente e geração de renda para as famílias.
- Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Ltda (COOAF-BICO) – criada em 2007 com o objetivo principal organizar a produção e acessar mercados para os produtos agroextrativistas.
- Coordenação Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Estado do Tocantins (COEQTO) - criada em outubro de 2012, tem como missão defender os interesses e direitos territoriais, sociais, culturais, ambientais e econômicos das Associações e Comunidades Quilombolas Tocantinense.

- Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER) – criada em 1997 com o objetivo de ofertar uma assistência técnica diferenciada aos agricultores familiares.
- CPT – foco no trabalho na formação, assessoria e acompanhamento de camponeses na sua luta em defesa ao direito à terra e luta contra os grandes projetos empresariais e de monocultivo que vem expulsando os camponeses da terra.
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins (FETAET) – criada em 1988 é organização de representação e luta dos direitos dos agricultores familiares e que congrega os sindicatos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais filiados a ela.
- Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) – ONG que tem o trabalho focado no apoio às iniciativas ecossociais dos povos do cerrado, Amazônia e caatinga.
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – criada em 1989, com o objetivo de lutar pela valorização das quebradeiras de coco e conservação dos babaçuais dos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí.
- Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) – De modo geral, em todos os municípios há um sindicato que é uma organização de representação e luta dos direitos dos agricultores familiares a nível local e que tem desenvolvido ações de processos coletivos para conquista de direitos e garantia de vida digna no campo. (APA-TO, 2021).

Todavia a quebradeira de coco senhora Beliza<sup>19</sup>, do grupo produtivo de Juverlândia esclarece como se dá esse aproveitamento:

O babaçu nós aproveita, a casca, amêndoa para fazer o óleo, nós aproveita também, o osso do babaçu, que é aquele que do olho abaixo do entre casca, para fazer artesanato, a qual tem um grupo de jovem que trabalha nesta comunidade com esses artesanato, que é muito importante, e é vendável, então dá mais uma renda na vida da juventude, feita pelo babaçu, e nós mulheres quebradeira, da massa nós aproveita para muitas coisas, para o alimento nós faz o mingau, faz o bolo, faz chocolate, nós fazemos brigadeiro, muitas coisas da massa do babaçu. (APA-TO, 2021).

---

<sup>19</sup> Entrevista oral concedida pela Senhora Beliza, disponibilizada pelo site da APA-TO.

Figura 16 - Colar feito da palha do coco babaçu sendo comercializado



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023).

O extrativismo do coco babaçu, também carrega o saber ancestral, que tem sido passado de geração em geração, atualmente um dos desafios para quem trabalha com esse ofício, é garantir o envolvimento da juventude e das novas quebradeiras de coco babaçu na região (APA-TO, 2021). O jovem Márcio Babaçu<sup>20</sup>, do grupo Pindoba de Juvelândia, conta o que tem sido feito para a permanência das novas gerações na atividade do extrativismo do babaçu, por meio da confecção de biojoias (figuras 16 e 17):

---

<sup>20</sup> Entrevista oral concedida pelo integrante do grupo Pindoba de Juvelândia, Márcio Babaçu, disponibilizada pelo site da APA-TO.

Eu faço parte de um grupo de oito artesãos, que teve início em 2014 através do projeto Pindoba, durante esse tempo em que tem o participado, eu pude perceber que a juventude possui um grande potencial recreativo, possivelmente muito aberta para recriar uma grande criatividade, juntando tudo isso com a beleza natural do babaçu é criado uma relação muito íntima entre o coco e a juventude, que pode estar dando continuidade à extração do coco babaçu, por meio da confecção de biojoias, se envolvendo ainda mais toda sua criatividade, além de ser um trabalho que não requer muito esforço físico, e os horários de trabalho são muito flexíveis podendo ser ajustado de acordo com o tempo livre que a juventude possui. (APA-TO, 2021).

Figura 17 - Biojoias oriundas do coco babaçu



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023).

O babaçu contribui substancialmente para a reprodução social e econômica das comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho”, o que é um dos aspectos que diferencia a agricultura familiar, composta com o trabalho camponês, tornando dessa forma, parte da vida desses segmentos de camponeses. Sobre a reprodução social, Santos (2021, p. 43) reforça que as mulheres quebradeiras de coco, para “manterem sua existência se dedicaram a transformar o babaçu em artefatos

utilizados no dia a dia em diversas utilidades, por exemplo, bijuterias, caneteiros, chaveiros.”

Essas mulheres estão sempre em movimento, criando e recriando possibilidades de ressignificar suas próprias vidas. O corte contrário do babaçu daria início a uma nova fase da diáspora<sup>21</sup> das quebradeiras de coco dentro dos babaçuais, uma nova possibilidade, a produção de peças únicas. (SANTOS, 2021, p.44).

Ao mesmo tempo que para os seringueiros o uso do recurso é privado, por unidade familiar, para as quebradeiras de coco, o uso é comum, ficando condicionado à capacidade de cada unidade familiar. (SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 30).

### **3.3 O território do “biquinho” como ocupação de relação social entre a mulher e o coco babaçu**

Historicamente o território do “biquinho”, que guarda a lembrança de muitos conflitos de luta e resistência, é visto pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu, como uma relação de pertencimento e força pela luta que ainda é travada sob o viés identitário com o mesmo. Para o entendimento de território, Saquet (2013, p. 68) expõe que “o território designa uma porção do espaço geográfico sob a jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos.”

Os conflitos ocorridos nos municípios do chamado “biquinho”, no contexto do Bico do Papagaio, assim como afirmam Santos e Ratts (2011), estão relacionados a sua alteridade, mas também, e não menos importante, associados aos intensos conflitos contra os interesses fundiários degradadores, fortemente presentes nas práticas dos grandes latifundiários. Neste sentido, então, as mulheres quebradeiras, por meio de suas práticas de produção e comercialização dos subprodutos do coco babaçu, demonstram a sua resistência ao lutarem pelo livre acesso às áreas dos babaçuais como expressão de suas territorialidades por direitos ancestrais e em defesa desse patrimônio natural e ambiental que o babaçu significa.

---

<sup>21</sup> A diáspora é um fenômeno/acontecimento histórico que transportou forçosamente indivíduos africanos para outros países para trabalharem (Diáspora Africana). Nesse caso, queremos dizer que as quebradeiras de coco babaçu, tiveram em seu caminho, muitas vezes forçado pela necessidade, um novo momento dentro de suas resistências, isto é, a utilização de múltiplas maneiras de uso do babaçu, permitindo as quebradeiras possibilidade de geração de renda e agregar valor ao babaçu. (SANTOS, 2021 p. 44).

Os conflitos territoriais sempre foram e ainda são um grande problema para o Brasil. O Estado ainda disponibiliza incentivos fiscais para o desenvolvimento agrário, para o latifúndio e a pecuária, e por outro lado os pequenos agricultores se dispersam, na perspectiva de construir um futuro incerto em um pedaço de chão. Neste sentido, para Soares (2009):

Os conflitos seriam o resultado do choque entre duas estratégias distintas de ocupação do território, coordenadas por diferentes atores sociais. Seriam reflexos, também, do choque entre dois diferentes conjuntos de normas, gerados a partir de duas lógicas distintas: a) a das esferas associadas ao mercado e ao Estado que, através dos grandes projetos de investimento em infraestrutura e dos incentivos fiscais, estabeleceram como eixo do desenvolvimento agrário na região, o latifúndio e a pecuária extensiva e que usavam a grilagem como instrumento para a abertura de novas áreas; e b) a da população dispersa, desmobilizada e desorganizada, fugindo da expropriação pretérita, avançando sobre a mata e que na perspectiva de construção de um futuro incerto, em um novo pedaço de chão, se organizou e estabeleceu um novo conjunto de regras de convivência e de postura em relação aos mecanismos de expropriação a que estavam sujeitos e que se tornaram a base da resistência no período dos conflitos. (SOARES, 2009, p. 106).

A intensidade de conflitos sociais no campo ainda é presente no território do chamado “biquinho”, com atos de violência extrema e de desumanidade, com mulheres que tiram do coco babaçu seu sustento familiar. É evidente a execução de técnicas de derrubada dos babaçuais, que por meio de recursos mecanizados, que visam a formação de pastagens, com a implementação de grandes empreendimentos do agronegócio, enquanto força dominante, subjulgando as mulheres quebradeiras de coco babaçu, que tem o fruto como seu bem mais precioso para o sustento familiar.

As dinâmicas relacionadas à questão fundiária envolvendo concentração e/ou grilagem de terras, a pecuária extensiva, as derrubadas de palmeiras de babaçu para plantio de pastagens, ameaçam a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas, além da cultura do território. (LENA, 2021, p.59).

O pertencimento das quebradeiras ao território de coco babaçu no “biquinho”, também teve um grande representante da luta pela terra na região, que muito fez e deixou um grande legado: Padre Josimo Tavares, representante da Igreja Católica da região, assassinado em 1988 por fazendeiros que se aliaram para impedir as reivindicações das comunidades tradicionais pelo pertencimento ao território.

Santos e Ratts (2011) enfatizam que após a morte do Padre Josimo, este tornou-se um dos mais admiráveis exemplos da luta pela terra no Tocantins e no Brasil, em que recebeu homenagens em diversos segmentos da luta pela terra, como

pelo MST e pelas mulheres que organizavam quermesses nas igrejas, que na atualidade, essas mulheres estão organizadas pelo Movimento de Mulheres do Tocantins.

A exemplo dessa atuação do Padre Josimo da luta pela terra, Dona Maria Senhora da Silva (2023)<sup>22</sup>, nos relata os feitos e lembranças que Josimo deixou para as comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho”.

Nossa significa tudo né, porque se hoje a gente pode morar aqui, inclusive de vez em quando eu falo pá uns miseráveis que vem tá querendo se amostrar eu falei não menino não precisa se mostrar se o sô tá aqui é porque teve gente aqui senão tu num tava aqui não né. Não precisa tu, tu num tem que achar, mas eu falo assim mais corro da prefeitura, num tem que achar nem deixar de achar. Ah os agricultô querem é isso, tu num tem que dizer nada porque tu só tá aqui pá, explorando ganhando dinheiro. Se não fosse nois tu num tava aqui, e nem existia. Óia do Buriti pra cá, nós viemo foi de pé, andando do Buriti pra cá era só uma fazenda só, ó um tanto de assentamento que tem aí, e o tanto de fazenda que ainda tem né. Que pode ser, que pode ser, e pode não ser né desapropriado um dia. (SILVA, 2023).

Figura 18 - Lápide do túmulo do Padre Josimo



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2022).

Ainda, tratando sobre o pertencimento do território, Haesbaert (2021) afirma o território como r-existência a uma ontologia dos territórios:

Entre os povos tradicionais, mais do que “relação” homem (ou cultura) - natureza, trata-se de uma leitura e vivência integradoras bastante distintas da

<sup>22</sup> Entrevista oral concedida pela Presidente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, Dona Maria Senhora da Silva, no dia 26 de maio de 2023 na sede do Sindicato em Esperantina-TO.

nossa, dando origem, assim, a um território - ou, se preferirmos, em uma determinada visão analítica, espaço geográfico - como dimensão ontológica, ou seja, onde homem e terra, grupos sociais e seu entorno, mundo humano ou espiritual e natural não se apartam, tornam-se constituintes, indissociáveis um do outro. Isso sem ignorar, entretanto, a enorme diversidade de manifestações da inter/transculturalidade e da (multi) territorialidade desses povos e o quanto hoje ela está atrelada a políticas territoriais configuradas pelo Estado na intenção com esses grupos. (HAESBAERT, 2021, p. 205).

É notória a integralidade da relação entre as mulheres e o coco babaçu, essa conexão de vivência, de fazer parte ao território, fazendo com que exista o vínculo com a terra, considerada “grande casa” e “mãe”, e que o território é “o elemento mais sensível” de suas vidas, “elemento dinâmico e articulador” (HAESBAERT, 2021, p. 196) da cultura das mulheres quebradeiras de coco babaçu das comunidades tradicionais e camponesas dos municípios do “biquinho”. Elas não estão separadas da natureza, “natureza que pensa, que luta, que produz” (SAQUET, 2013, p. 173). Não podemos separar as mulheres quebradeiras do coco babaçu, enquanto os babaçuais existirem, a história da natureza e a história das quebradeiras se condicionarão reciprocamente.

Figura 19 - Mulheres quebradeiras de coco levando o fruto em jacá para a extração das amêndoas



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (2021).

Em aproximação a esse contexto, a quebradeira de coco babaçu vive relações sociais, na construção do seu território e territorialidade, em atividades do seu cotidiano, mediante a preservação dos babaçuais, na colheita do fruto (figura 19), o que se aproxima à afirmação de Saquet (2013, p. 113), que “o território também como projeção e como natureza, para além das distinções sociais comumente enunciadas: são fatores físicos e histórico-culturais que influenciam no desenvolvimento local.”

Por certo, cabe salientar a dimensão dos conflitos territoriais pelo pertencimento do território, em função da produção e comercialização do coco babaçu, vinculando esses conflitos a um modelo focado no crescimento econômico, baseado na apropriação de riquezas naturais de forma degradadora como assevera Haesbaert (2021).

[...] destacar a importância dos conflitos por território - intimamente atrelados também às ameaças ao território - em função do uso dos chamados recursos naturais, estejam eles vinculados à água, à biodiversidade, aos solos cultiváveis ou ao subsolo, em uma economia altamente marcada pelo caráter neoextrativista. (HAESBAERT, 2021, p. 195).

Diante disso, o pertencimento ao território do chamado “biquinho” pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu, necessita ser compreendido, a partir das transformações cotidianas, da utilização da terra e dos frutos que ela dá como bem comum. Como Saquet (2013, p. 176) nos propõe que, cada família, cada indivíduo, cada mulher quebradeira de coco babaçu, produz relações históricas e multiescalares. A inerência do território pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu, se torna antes de tudo, território de vida para sua subsistência, que muito se deve a relação com seus espaços de vivência cotidiana.

Dessa forma, como coloca Dardot e Laval (2017), queremos o gozo comunal dos frutos da terra, o bem comum ao uso equitativo da terra, os frutos são de todos e a terra não é de ninguém. Dessa forma, nosso próximo item traz o protagonismo da mulher quebradeira de coco babaçu.

### **3.4 O protagonismo da mulher quebradeira de coco babaçu**

A trajetória das mulheres quebradeiras de coco babaçu é marcada por uma resiliência notável na busca pela superação das desigualdades que permeiam diversas dimensões de suas vidas. Enfrentando não apenas desafios econômicos, mas também estruturas sociais que historicamente marginalizaram as mulheres,

essas trabalhadoras rurais têm desempenhado um papel crucial na desconstrução das relações hierárquicas de poder.

Internamente ao grupo social, as quebradeiras de coco babaçu têm promovido uma notável transformação nas dinâmicas de gênero. Tradicionalmente relegadas a papéis secundários, essas mulheres assumem protagonismo nas atividades relacionadas ao babaçu. A quebra e processamento dos cocos, anteriormente percebidos como tarefas exclusivamente femininas, agora são reconhecidos como trabalhos essenciais, trazendo uma mudança nas percepções de valor e contribuição.

Além disso, o movimento das quebradeiras de coco babaçu tem se fortalecido como uma força coletiva na luta contra a desigualdade de gênero. A solidariedade entre elas se torna uma ferramenta poderosa, permitindo a partilha de experiências, a promoção de direitos e a resistência a práticas discriminatórias. Esse empoderamento coletivo contribui para a desconstrução de normas de gênero arraigadas nas comunidades onde atuam.

Externamente, as quebradeiras de coco babaçu desafiam as hierarquias de poder impostas por estruturas sociais e institucionais. Enfrentam barreiras econômicas e políticas, buscando reconhecimento justo pelo trabalho desempenhado. A luta por direitos trabalhistas, acesso à educação e participação ativa em decisões que afetam suas vidas reflete a determinação dessas mulheres em romper com sistemas de opressão.

Ao se envolver em movimentos sociais e articular demandas por políticas públicas mais inclusivas, as quebradeiras de coco babaçu buscam não apenas a melhoria de suas próprias condições, mas também a transformação estrutural das comunidades em que vivem. A desconstrução das relações hierárquicas de poder torna-se, assim, um caminho para a construção de sociedades mais igualitárias e justas.

Nesse percurso, as mulheres quebradeiras de coco babaçu emergem não apenas como agentes de mudança em suas vidas, mas como inspiradoras defensoras da equidade de gênero e da justiça social, desafiando e remodelando as estruturas que historicamente as oprimiam.

Assim como colocam Santos e Ratts (2011), não existe somente um sujeito mulher, mas vários sujeitos que se dedicam a cuidar do que está sob sua responsabilidade. Ao evidenciar as mulheres quebradeiras de coco no território do chamado “biquinho”, no contexto do Bico do Papagaio, que antes da luta de Dona

Raimunda Gomes da Silva, mais conhecida como Raimunda Quebradeira de Coco, não tinham visibilidade, mas que pelo pertencimento ao território e a sua relação com os babaçuais, torna-se essencial a representação dessas mulheres como personagens fortes à subsistência familiar.

A representação das mulheres como figuras fortes, assertivas, também captava a natureza das relações de gênero da época, pois nem nas áreas rurais nem nas urbanas as mulheres eram dependentes dos homens para sobreviver; elas tinham as próprias atividades e compartilhavam muito da vida e do trabalho com outras mulheres. Cooperavam umas com as outras em todos os aspectos. Costuravam, lavavam roupas e davam à luz cercadas por outras mulheres [...] (FEDERICI, 2019, p. 7).

A exemplo de mulher de força, coragem e luta pelo território do chamado “biquinho” que aqui trazemos como símbolo maior representativo, dona Raimunda Gomes da Silva, foi exemplo de resistência para muitas mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Dona Raimunda chegou ao Tocantins em 1979, em busca de um lugar onde pudesse trabalhar e tirar o sustento para si e seus seis filhos. Inconformada com a desigualdade, vendo grandes extensões de terra na mão de poucos, no território do Bico do Papagaio, e tantos necessitando de um pedaço pequeno de chão para morar, trabalhar e acompanhar o desenvolvimento da família em segurança, começou a se movimentar junto a vizinhos e futuros companheiros na luta pela terra. (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

Para Baqué (2013 apud DARDOT e LAVAL, 2017), quando se refere à desigualdade ao uso da terra, enfatiza que “a terra não pertence a ninguém. Ela não é mercadoria. Deve estar nas mãos daqueles que a cultivam. Nós ocupamos essas terras para alimentar nossas famílias e viver com dignidade.”

Mesmo indignada por ver tanta desigualdade no que se refere ao acesso à terra, Dona Raimunda deu início à caminhada rumo a melhores condições de vida para si, e também para os camponeses e camponesas dos municípios do chamado “biquinho”. A forma de ajudar os outros foi integrando o movimento, trazendo força e coragem, juntando-se à igreja e às pastorais na defesa dos direitos dos mais pobres. (RAIMUNDA A QUEBRADEIRA DE COCO, 2007).

Dona Raimunda Quebradeira de Coco, mulher simples, mas de coração forte, correu o Brasil, levando a realidade do território do Bico do Papagaio em suas palavras e ações. Fez conhecida a batalha de tantos trabalhadores e trabalhadoras silenciados

pela fome e humilhações impostas, na constante luta por dignidade e respeito, que em alguns casos, lhes custaram a vida. (RAIMUNDA A QUEBRADEIRA DE COCO, 2007).

Por parte dos babaçuais estarem em propriedades privadas a violência contra as mulheres quebradeiras de coco se tornou um dos maiores problemas, já que as condições oferecidas de trabalho as/os extrativistas e a valorização no mercado do produto extraído, podem ser listadas também como dificuldades impostas a continuação desta atividade. Ressaltando em parte a dificuldade de dar importância econômica, cultural e social a esta ocupação. (MONTEIRO, 2020, p. 28).

Neste viés a coragem de Dona Raimunda em denunciar a violência que os trabalhadores rurais da região enfrentavam, lhe rendeu ameaças, que por vezes a fez desviar do seu caminho diário para se proteger do mal que estava ali, à espreita. Nessa trajetória, perdeu um grande amigo e companheiro de luta, Padre Josimo, assassinado por defender o acesso dos pobres à terra. (RAIMUNDA A QUEBRADEIRA DE COCO, 2007).

Embalada pelo canto do macete e músicas que exaltam a fé e o desejo de um futuro melhor, vivendo na pele as humilhações que as mulheres quebradeiras de coco babaçu enfrentavam dia após dia para dar alimento aos filhos, se engajou na luta pelos direitos das mulheres quebradeiras de coco e pela preservação dos babaçuais, ameaçados por proprietários de terra que derrubavam, queimavam e envenenavam as palmeiras, além de colocar em risco a vida das mulheres que tentavam quebrar coco em suas propriedades. (RAIMUNDA A QUEBRADEIRA DE COCO, 2007).

O protagonismo da mulher quebradeira de coco, na luta pelo direito de acesso aos babaçuais, sempre foi árduo, mas nunca desmotivado, “as mulheres pelo fato de passarem mais tempo nos acampamentos tinham também tempo para melhor se organizar” (SANTOS e RATTS, 2011). Ainda neste sentido, dentro das organizações das mulheres quebradeiras de coco, começaram a surgir os movimentos, viabilizando a posse da terra. Com suas comadres, parceiras e companheiras, Dona Raimunda fundou a ASMUBIP no começo do ano de 1992. (RAIMUNDA A QUEBRADEIRA DE COCO, 2007).

As mulheres da ASMUBIP uniram forças com muitas outras quebradeiras, cansadas de tantas provações que eram iguais mesmo em estados diferentes, participaram da fundação do MIQCB, reunindo quebradeiras do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Dessa união, conseguiram o direito de se aposentar como quebradeiras

e também a Lei do Babaçu Livre. Nos seus relatos, ressalta com orgulho a conquista das casas para as quebradeiras, desejo antigo e que trouxe qualidade de vida para muitas famílias. (RAIMUNDA A QUEBRADEIRA DE COCO, 2007).

Figura 20 - Babaçu livre para vivermos livres



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023).

Foi por meio dessas organizações que a mulher foi podendo ter seu espaço, seu respeito, sua dignidade de ser líder, de lutar também pela coleta e quebra do coco. As organizações sociais, de acordo com Santos e Ratts (2011), foram criadas, “não para as mulheres, mas só com mulheres”.

Uma semeadora de sonhos, que teve farta colheita ao longo da vida. Dona Raimunda, mulher-semente-lutadora-corajosa-forte que germinou no coração de cada mulher quebradeira de coco, tendo sido alcançada por sua luta, crescente fortalecida em cada momento de união, pelo pertencimento a esse território. (RAIMUNDA A QUEBRADEIRA DE COCO, 2007).

Para Santos e Ratts (2011), as quebradeiras de coco babaçu possuem sua importância social, econômica e cultural bem como ambiental, que sua força são parte de uma diversidade que dialogam em prol de suas terras, fortalecendo suas territorialidades, cada uma a sua maneira. Nesta perspectiva, para Antunes (2006) o protagonismo traçado pelas mulheres quebradeiras de coco, produziu importantes conquistas que melhoraram a vida daquelas mulheres, nas esferas sociais, políticas e econômicas. Os movimentos sociais, fizeram com que as mulheres quebradeiras de coco se fortalecerem como grupo, a enfrentarem seus maridos/companheiros em busca desse protagonismo de autonomia, indo à luta nos babaçuais e nos conflitos pelo direito à terra.

O protagonismo das mulheres quebradeiras de coco, é uma conquista de todas dos municípios do chamado “biquinho”, mas que tem um grande legado deixado pela Dona Raimunda, por mais que a realidade de grande parte da região Norte e Nordeste do Brasil, no meio rural, ainda seja marcada pelo patriarcalismo. De certa forma, Santos (2021) aposta que as mulheres quebradeiras de coco, lutam até hoje em seus territórios pela reafirmação de suas identidades por meio dos seus instrumentos de trabalho.

Assim, compreendermos que as quebradeiras de coco, em certa medida, estão cada vez mais se desterritorializando e se reterritorializando dentro do território onde vivem numa tentativa de manterem seus trabalhos e continuarem suas vidas no ofício de quebrar coco, reafirmando a todo tempo suas identidades construídas através das práticas culturais desenvolvidas por elas em muitos anos. Estes são de alguma maneira, os modos de viver, que em São Miguel do Tocantins, por muitas décadas e até hoje, conduzem a força das mulheres que lutam para resistir à dureza da vida com os usos dos seus instrumentos de trabalhos, o machado, macete e da força de seus braços no dia a dia na quebra do coco babaçu. (SANTOS, 2021, p. 47).

Dona Raimunda quebradeira de coco faleceu em 2018, aos 78 anos, e assim como Padre Josimo, deixou um legado e lições de força e determinação frente a luta pela posse da terra. Foi semeadora de sonhos e realizações, que inspirou as mulheres quebradeiras de coco de todo o território do Bico do Papagaio, através das lutas e desafios travados pelo uso comunal dos babaçuais. Toda sua trajetória de vida foi eternizada com a construção do Memorial Raimunda Gomes da Silva, no assentamento Sete Barracas, no município de São Miguel do Tocantins-TO.

### 3.5 A luta pelo livre acesso à terra para a coleta do coco babaçu

O que tem sido feito quanto ao reconhecimento do protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu ainda não é o suficiente, pois as quebradeiras ainda lutam pelo acesso livre à terra, para a coleta do coco babaçu. Essas mulheres dependem dos babaçuais para sua subsistência e a subsistência dos seus familiares. Desta forma, as mulheres quebradeiras de coco, sabem que o acesso à terra não equivale ao acesso e proteção do babaçual. (ANTUNES, p. 137, 2006).

A partir da segunda metade da década de 1960 se iniciou um processo de enfrentamento pelo acesso às áreas de ocorrência de babaçu, que havia sido cercada e apropriada por fazendeiros e agropecuários. Neste momento, as mulheres quebradeiras de coco começam a se organizarem com o intuito de fortalecer a luta pelo acesso aos babaçuais. Num primeiro momento essas mulheres se organizam nos povoados em que residem e vivenciam conflitos de ordem econômica, política e ecológica; pois, elas lutam pela preservação dos babaçuais, com suas amêndoas, como parte da subsistência de suas famílias.

Em termos das lutas, em primeiro lugar está a mobilização social em torno da aprovação das leis municipais do babaçu livre que colocaram em evidência as lutas das mulheres quebradeiras de coco babaçu na defesa de sua identidade e territorialidade. Evidenciou, também, as expectativas criadas em torno dessas legislações, como uma das estratégias com potencial para defesa e desenvolvimento do território, apesar das dificuldades enfrentadas para sua implementação nos municípios do chamado “biquinho”. Uma das formas de manifestação de resistência das mulheres quebradeiras de coco babaçu, tem sido as campanhas pela aprovação das leis do babaçu livre, leis municipais, estaduais e federal que proíbem a derrubada de palmeiras, a queimada dos babaçuais.

A discussão política em torno desse tema atingiu novo patamar a partir de 1997 no Município de Lago do Junco, no Maranhão, onde as mulheres quebradeiras de coco começaram a lutar pela aprovação de uma lei municipal do babaçu livre, que determina o uso comunal dos babaçuais, “o direito de livre acesso e proteção dos babaçuais é por elas denominado de Babaçu Livre, um rótulo que elas usam em sua luta e em seus produtos” (ANTUNES, 2006, p. 137). Essa iniciativa se alastrou nos diferentes estados que compõem a área de atuação do MIQCB (Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará) e, atualmente, 13 municípios (oito no Maranhão, quatro no Tocantins e um no Pará) possuem legislação do gênero.

No Tocantins, esse debate chegou ao território do “biquinho” anos depois, e o primeiro município a implantar uma legislação foi Praia Norte-TO, através da Lei nº 49/2003, que “dispõe sobre a proibição de queimadas desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu e sobre a preservação da área ribeirinha no município de Praia Norte-TO, e dá outras providências”. Outros municípios da região, também criaram legislações dando proteção aos babaçuais: Buriti do Tocantins-TO, com a Lei nº 058/2003, Axixá do Tocantins, com a Lei nº 306/2003, e São Miguel do Tocantins-TO, com a Lei nº 05/2005.

Apesar disso, Joaquim Shiraishi, advogado e amigo dos movimentos e organizações de quebradeiras de coco, teve um papel importante na criação e aprovação da Lei Babaçu Livre. Em seu trabalho de assessoria aos movimentos, na criação, aprovação e implementação da lei, Shiraishi (1997, 2001) denomina a Lei Babaçu Livre como “uma nova concepção de direito” que dá garantias a cobertura vegetal em detrimento da própria propriedade e se baseia na tradição de acesso e uso coletivo dos babaçuais pelas mulheres quebradeiras de coco. (ANTUNES, 2006, p.137).

Nesse contexto de luta e exploração da terra, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu impulsionaram o aparecimento de organizações em sua defesa, como ASMUBIP e MIQCB. Essas entidades têm como principal bandeira aquela que, historicamente, é a grande reivindicação das quebradeiras de coco: o direito de livre acesso aos babaçuais.

O enfrentamento das mulheres quebradeiras de coco babaçu, em ter seu meio de vida protegido por legislação municipal, é mais palpável que a realização de tarefa semelhante nas esferas estaduais e federal, pois o contato e a pressão política com membros das câmaras municipais ocorrem mais facilmente. E por consequência da lei, “a discussão foi trazida para a esfera pública, contribuindo assim para no processo de protagonização das mulheres quebradeiras de coco – um problema individual transformou-se num problema coletivo” (ANTUNES, 2006, p.139).

A partir das iniciativas de leis municipais no Tocantins, surgiu oportunidade de fazer um diálogo com o então governador do estado, Marcelo Miranda, em 2007, que se comprometeu a apresentar o projeto de lei na Assembleia Legislativa do Tocantins. Depois de ser discutido em várias comissões da Assembleia, o projeto de lei teve sua aprovação final sancionada pelo governador e, em agosto de 2008, foi aprovada a Lei nº 1.959/2008. (TOCANTINS, 2008). Além da conquista do Dia Estadual das

Quebradeiras de Coco Babaçu no Tocantins, comemorado no dia 7 de novembro, Lei nº 3508/2019, (TOCANTINS, 2019).

As mulheres quebradeiras de coco, sempre trilharam caminhos conflituosos na busca de seu protagonismo nas esferas sociais, políticas e econômicas, que por meio das leis vigentes do Babaçu Livre, essas mulheres conquistam seu espaço e direitos importantes para seu desenvolvimento socioterritorial e de suas comunidades. Diante disso, o próximo capítulo afirma não só o protagonismo das mulheres quebradeiras de coco, mas demonstram os trabalhos realizados nas comunidades da região do chamado “biquinho” com o auxílio da APA-TO, tornando uma realidade para os camponeses e camponesas através das práticas para a utilização da terra e dos produtos que dela se cultiva. Em última instância, tem a intenção de fazer uma discussão das práticas em geral ligadas ao trabalho, produção, comercialização e divulgação, no âmbito do comum como um conceito importante de nossa pesquisa, tendo na base a terra como bem comum precípua.

## **4 AS PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DO COMUM NA RELAÇÃO DAS COMUNIDADES DO “BIQUINHO” EM TORNO DA APA-TO COMO INSTITUIÇÃO FOMENTADORA**

Este capítulo não só afirma a produção, comercialização e divulgação apresentados no capítulo anterior, mas também exterioriza o trabalho de apoio e assessoramento que a APA-TO trabalha com as comunidades tradicionais e camponesas do território do chamado “biquinho”, que juntamente com outras instituições parceiras proporcionam melhorias aos camponeses, seja por meio de conhecimento técnico na produção, seja como fomento na comercialização dos produtos nas feiras, seja como a divulgação dos trabalhos para o melhoramento da terra, aspecto de tantas lutas travadas em prol do bem comum.

### **4.1 A unidade do trabalho entre as comunidades tradicionais e camponesas junto à APA-TO**

Como já abordado em linhas anteriores, a APA-TO busca em articulação com os movimentos sindical e social consolidar a reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar na busca da afirmação e do protagonismo das organizações na sociedade, atuando junto às comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”. (APA-TO, 2021).

Além disso, a APA-TO como instituição fomentadora das comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”, promove junto às organizações sociais o conhecimento e a articulação sobre as políticas públicas, contribuindo para a construção participativa do desenvolvimento local sustentável. Presta assessoria às organizações para a negociação de políticas públicas, buscando uma efetiva gestão participativa. Ainda mais, contribui na construção de um novo modelo tecnológico que valorize o conhecimento local e o uso sustentável das riquezas naturais, em que possa fortalecer os grupos de base, visando garantir segurança alimentar, geração de renda e a valorização, conservação e recuperação das riquezas naturais e da biodiversidade. (APA-TO, 2021).

A APA-TO não só assessora as comunidades tradicionais e camponesas, mas também apoia e articula processos de economia solidária de produtos agroextrativistas na perspectiva da agroecologia, almejando auxiliar no acesso a diferentes mercados, na melhoria da qualidade de vida das comunidades e em sua

permanência no campo, onde encoraja os trabalhadores e trabalhadoras rurais comunidades tradicionais e camponesas, nos processos de desenvolvimento locais, por meio da formação e capacitação de lideranças. (APA-TO, 2021).

Neste sentido, como instituição mãe, que não somente assessora, mas que cuida das comunidades tradicionais e camponesas, a APA-TO através de um acordo de parceria, é a entidade responsável para abrigar e operar financeira, fiscal e contabilmente os recursos do Fundo AgroEcoLógicas. Para aclarar, o Fundo AgroEcoLógicas é um fundo para a juventude em que é um coletivo informal, sem personalidade jurídica, criado em 23 de outubro de 2021, por meio de um ato administrativo das juventudes da região do Bico do Papagaio. O AgroEcoLógicas é composto por estudantes e ex-estudantes da Escola Família Agrícola Padre Josimo, jovens residentes em comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e acampados e representantes do Grupo de Trabalho das Juventudes Rurais do Bico do Papagaio. (APA-TO, 2021).

A ausência de políticas públicas voltadas para as necessidades das comunidades rurais tem pressionado cada vez mais as juventudes a deixarem suas terras. O AgroEcoLógicas é uma forma de contribuir com a permanência das juventudes e com ações agroecológicas efetivas na região do chamado “biquinho”.

Para que a APA-TO possa realizar todo esse trabalho de articulação pelo acesso comum da terra e dos produtos e subprodutos, em um modelo tecnológico que valorize o conhecimento local e o uso sustentável das riquezas naturais, em harmonia com as comunidades tradicionais e camponesas, tal instituição possui parcerias financeiras com algumas instituições, citamos algumas:

- MISEREOR<sup>23</sup>: Desde a criação da entidade tem apoiado os processos de desenvolvimento local e agroecologia construídos junto com os grupos informais e organizações de base acompanhados pela APA-TO.
- FUNDAÇÃO FORD<sup>24</sup>: Tem apoiado as ações desenvolvidas nas comunidades quilombolas em todo o estado do Tocantins no campo da formação,

---

<sup>23</sup> Misereor é uma Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde há mais de 60 anos, Misereor está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de Misereor dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. (MISEREOR, 2023).

<sup>24</sup> A Fundação Ford é uma entidade sediada na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. Segundo seus instituidores, foi criada para financiar programas de promoção da democracia, redução do racismo e

organização e assessoria para a conquista dos seus direitos territoriais e reconhecimento de sua identidade sociocultural.

- IAF<sup>25</sup>: Tem apoiado processos para promoção do desenvolvimento participativo e a implementação e disseminação de novas tecnologias ambientais destinadas a ajudar as comunidades e seus ecossistemas a se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas.
- TFCA-FUNBIO<sup>26</sup>: Apoio ao desenvolvimento de ações que promovam o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, através da organização da produção dos núcleos produtivos das quebradeiras de coco e acesso aos mercados dos produtos e subprodutos do babaçu.
- BRAZILFOUNDATION<sup>27</sup>: Apoio na promoção da organização da produção dos(as) agricultores(as) familiares e de pescadores(as) artesanais das comunidades rurais do município de Esperantina e acesso ao mercado dos produtos agroextrativistas.

---

da pobreza. A entidade cria e ajuda a manter milhares de organizações pioneiras, trabalhando em uma ampla gama de questões de mudança social. (FORDFFOUNDATION, 2023).

<sup>25</sup> A Fundação Interamericana (IAF), órgão independente do Governo dos Estados Unidos, foi criada pelo Congresso dos EUA em 1969 para canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF tem cumprido seu mandato respondendo com o apoio de doações às ideias mais criativas de autoajuda recebidas de grupos de base e organizações não governamentais. Também incentiva parcerias entre organizações comunitárias, empresas e governo local, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer as práticas democráticas. (IAF, 2023).

<sup>26</sup> O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) é uma lei americana de 1998 que viabiliza a troca de parte da dívida de um país com os EUA por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. O primeiro acordo bilateral TFCA foi assinado em 2001 em Belize, e até o momento a USAID contabiliza mais de USD 223 milhões destinados para 19 acordos com 14 países.

O Brasil e os EUA assinaram o acordo em 2010, o que permitiu destinar USD 20,8 milhões a 90 iniciativas de conservação no Brasil em três biomas: Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO é a secretaria executiva do Comitê da Conta TFCA no Brasil, presidido pelo Ministério do Meio Ambiente. Recebe os recursos, faz desembolsos para os projetos, e também realiza atividades de acompanhamento, com monitoramento e a produção de relatórios técnico-financeiros periódicos que acompanham a execução e o status dos projetos em relação aos objetivos planejados. (FUNBIO, 2017).

<sup>27</sup> A BrazilFoundation é uma das principais agentes da filantropia brasileira. Fazendo a ponte entre doadores e organizações sociais de destaque focadas na promoção da igualdade, justiça social e oportunidades econômicas no Brasil. A BrazilFoundation atua como um convocador, buscando ativamente parcerias e oportunidades de co-investimento que reduzam ineficiências e sobreposições. O cenário social no Brasil é diverso e mutável. A instituição foca em responder às necessidades articuladas pelas comunidades onde trabalham, bem como em criar estratégias para lidar com questões específicas. Mais do que apenas fornecer apoio financeiro, a instituição trabalha em estreita colaboração com os beneficiários para garantir que eles tenham treinamento, habilidades e suporte para dimensionar soluções sustentáveis e se tornarem defensores eficazes em nome de suas comunidades. Avaliar programas e relatar seus resultados conecta os doadores aos seus investimentos e abre caminho para um setor social mais transparente no Brasil. Por sua sólida gestão fiscal e transparência, a BrazilFoundation é classificada como 4 estrelas pela Charity Navigator. (BRAZILFOUNDATION, 2023).

- FUNDO AMAZÔNIA<sup>28</sup>: O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais gerido pelo ISPN e com o apoio do Fundo Amazônia tem apoiado processo que visam fomentar a construção de uma rede de comercialização local das organizações produtivas dos(as) agricultores(as) familiares da região do Bico do Papagaio.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL<sup>29</sup>: O Programa ECOFORTE, financiado pela FBB/ BNDES/ FUNDO AMAZÔNIA, apoia o fortalecimento da rede Bico Agroecológico com a estruturação de unidades de referências, contemplando diferentes tipos de experiências produtivas de base agroecológica (hortas agroflorestal, captação de água de chuva, criação de galinha caipira e apicultura) em 07 municípios da região.

Mediante as práticas agroecológicas, algumas resgatadas e modificadas em acordo com as novas necessidades técnicas em colaboração com a APA-TO, podem expressar a resistência das comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”, que passam a cultivar produtos mais saudáveis, inaugurando uma nova relação com o meio. Essas ações buscam uma alimentação saudável, além de propiciar uma excelente comercialização dos produtos e a união de esforços na defesa da posse da terra, no apoio às comunidades que lavram a terra e contra as agressões ao meio ambiente.

Essas ações podem apontar a unificação orgânica do trabalho, em que os camponeses e camponesas e a APA-TO como instituição fomentadora, se juntam para reivindicar novas formas de produção e novas relações de trabalho, valorizando as ações rumo à soberania na produção agroecológica. É necessário assegurar

---

<sup>28</sup> O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia projetos nas áreas de gestão de florestas públicas e áreas protegidas; controle, monitoramento e fiscalização ambiental; manejo florestal sustentável; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas desmatadas. O Fundo pode utilizar até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais. (FA, 2023).

<sup>29</sup> A Fundação Banco do Brasil, em conjunto com outros parceiros, assinou em outubro de 2013 o Acordo de Cooperação Técnica que instituiu o Programa Ecoforte, que integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica. O investimento social no Ecoforte foi possível com o diálogo e articulação com órgãos do governo e movimentos sociais do campo, valorizando conhecimentos tradicionais e as diversas tecnologias sociais que viabilizam a agricultura de base agroecológica em comunidades rurais. (FBB, 2023).

formas de manejar as riquezas naturais que permitam a reprodução do homem e da natureza, conservando a sociobiodiversidade ecológica e sociocultural.

A agroecologia é uma forma de entender a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional. Isso significa resgatar a relação simbiótica das comunidades tradicionais e camponesas com o meio sem agredir a natureza, visto na relação entre homem e natureza, algo que organiza as relações sociais dentro e conforme um espaço geográfico vinculado a uma Cultura; esta que revela uma técnica, uma vivência e/ou trajetória marcada pela luta por terra, condição indissociável de uma situação de isolamento e de fugas constantes. (OLIVEIRA, 1994, p. 133).

A agricultura das comunidades tradicionais e camponesas no chamado “biquinho”, sobrevive mediante a estratégia de combinação de práticas de ajuda mútua (mutirão, demão) com trabalho familiar e uma crescente diversificação dos cultivos, visando a reprodução social da família. Essas comunidades em sua maioria preservam práticas agroecológicas que garantem a reprodução social-cultural frente às ameaças existentes em suas bordas, como a ocupação das terras e a apropriação das riquezas naturais.

No tocante ao mutirão, este representa uma maneira de atender as necessidades econômicas e sociais das comunidades tradicionais e camponesas da região do chamado “biquinho”, podendo ser entendido como uma forma de resistência ao sistema econômico vigente. Essa forma de trabalho coletivo permanece nas representações sociais das comunidades do “biquinho” para realizar uma série de atividades agrícolas e não agrícolas.

O mutirão, representa mais que o trabalho no sistema de produção e/ou a manutenção dos bens comunitários, sendo o lugar de ação e reafirmação das regras de reciprocidade entre parceiros, vizinhos e parentes.

Para Sousa (2013, p.17) o mutirão “pode ser compreendido como uma atividade comunitária que visa principalmente a obtenção de benefícios comuns às famílias camponesas para permitir a sua reprodução”, tanto social, econômica, cultural, física quanto do conhecimento. Para Brandão (2009) o mutirão representa o trabalho produtivo e o trabalho simbólico, presentes nas vilas, povoados e sítios.

Mediante os trabalhos realizados pelas comunidades tradicionais e camponesas dos municípios que compõe a região do chamado “biquinho”, em união com a APA-TO como entidade fomentadora dessas comunidades, abordaremos suas

práticas na perspectiva do comum, relacionando entidade e comunidades na utilização da terra como seu bem maior, adquirindo o beneficiamento e promovendo a comercialização dos produtos cultivados por homens e mulheres camponeses.

#### **4.2 Melhorias nas comunidades tradicionais e camponesas proveniente das práticas do comum, assessoradas pela APA-TO**

As famílias da Comunidade Olho d'Água, do município de São Miguel do Tocantins-TO, há anos produzem hortaliças agroecológicas, nas áreas de babaçuais, como meio de garantir uma alimentação diversificada e saudável e geração de renda. (APA-TO, 2021).

Esta comunidade foi beneficiada com um tratorito com encanteirador doado pela APA-TO. Em que ocorreu uma capacitação para o seu manuseio, envolvendo as mulheres quebradeiras de coco, os agricultores, assim como os jovens e as jovens da comunidade. O tratorito é um tipo de trator de pequeno porte adequado às condições da agricultura familiar camponesa, uma vez que apresenta um valor mais acessível, baixo custo de manutenção, fácil manuseio e porte adequado para trabalhar em pequenas áreas. (APA-TO, 2021).

A chegada do tratorito na comunidade beneficiou todas as famílias e, especialmente, as mulheres quebradeiras de coco, gerando autonomia no preparo dos canteiros das hortas e melhoria nas condições de trabalho. O preparo manual do canteiro é uma atividade que demanda tempo e esforço físico desgastante. (APA-TO, 2021).

A quebradeira de coco senhora Maria Sylvania<sup>30</sup>, relatou como era o trabalho realizado na comunidade antes do tratorito e pontuou os benefícios após a doação proporcionada pela APA-TO:

Foi muito bom o tratorito chegar na nossa comunidade. Antigamente a gente trabalhava manual, cavava o canteiro com enxada e a gente passava três dias para fazer três canteiros e agora a gente faz seis canteiros só na manhã e no ponto de plantar na parte da tarde. E antes, precisava da ajuda dos homens pra poder fazer o canteiro, pois com o chão muito duro, a gente não tinha força para fazer os canteiros da horta. E agora, a gente mesmo aprendeu a manusear o tratorito, isso foi muito importante porque a gente não precisa ficar esperando mais o marido para fazer o canteiro para gente. (APA-TO, 2021).

---

<sup>30</sup> Entrevista oral concedida pela quebradeira de coco babaçu, Senhora Maria Sylvania, disponibilizada pelo site da APA-TO.

Outro aspecto levantado pelas famílias é que com a possibilidade de construir mais canteiros, isso impactará na geração de renda, como comenta a quebradeira de coco senhora Ivanilde da Paixão<sup>31</sup>.

Com o tratorito, a nossa renda vai melhorar, porque ao invés de fazer um só canteiro, vamos poder fazer dois, três, quatro canteiros e também vamos fazer um fundo rotativo solidário. Vamos pagar o valor do tratorito para poder depois esse dinheiro ficar rodando entre as famílias da comunidade, para fazer uma estufa que daqui a pouco iremos precisar, no período das chuvas. Hoje, não temos condições de fazer as estufas, mas com esse dinheiro, no ano que vem vamos poder fazer a estufa com o dinheiro do fundo. (APA-TO, 2021).

A partir do recebimento do tratorito, as famílias da comunidade resolveram criar um fundo rotativo solidário, como uma alternativa que possibilita o investimento em outras atividades e estruturas necessárias para a melhoria das atividades produtivas agroecológicas. É considerado um “fundo” porque mobiliza recursos financeiros ou outros recursos, é “rotativo”, porque ele gira e beneficia todas as famílias envolvidas e é solidário, porque as famílias se comprometem a ajudar o próximo. (APA-TO, 2021).

Além disso, o Fundo Rotativo Solidário que teve iniciativa dos próprios camponeses que costumavam se reunir para conversar sobre as dificuldades e possíveis soluções para os problemas que apareciam, o fundo é utilizado a favor das famílias para ser usado com investimentos na agricultura familiar agroecológica. (APA-TO, 2021).

Segundo Leonardo Paixão<sup>32</sup>, um jovem camponês da Comunidade Olho d'Água afirma que:

Com o Fundo Rotativo podemos garantir o sustento para nossas famílias; ter uma renda fixa que vai circular entre nós. Além disso, com o Fundo podemos deixar de pegar empréstimo no banco que geralmente cobram juros altos. A parte mais interessante desse projeto e do regimento interno é que todos da comunidade participaram da escrita e determinação do que pode fazer e do que não pode. (APA-TO, 2021).

A construção do Fundo Rotativo Solidário Olho d'Água passou por três etapas. A primeira foi o lançamento da ideia e definição de como a comunidade imaginava, em 2020. A segunda aconteceu dia 28 de fevereiro de 2021 com a elaboração das

---

<sup>31</sup> Entrevista oral concedida pela quebradeira de coco babaçu, Senhora Ivanilde Paixão, disponibilizada pelo site da APA-TO.

<sup>32</sup> Entrevista oral concedida pelo jovem camponês da Comunidade Olho d'Água, no Município de São Miguel-TO, Leonardo Paixão, disponibilizada pelo site da APA-TO.

regras do regimento, tais como: objetivos, formas de gestão e empréstimo, taxas de juros e quem poderia participar. (APA-TO, 2021).

A terceira e última etapa para escolher a comissão gestora formada por secretário, tesoureiro e coordenador, equipe que fará a gestão do Fundo e no dia 07 de março, houve a leitura do regimento e feitos os ajustes de acordo com a necessidade da comunidade. (APA-TO, 2021).

De acordo com o senhor Cosmo Nunes da Paixão<sup>33</sup>, representante da Comunidade Olho d'Água, esclarece:

Moro aqui desde 1958, tivemos uma luta muito grande para poder nos manter aqui dentro da comunidade. O Fundo significa que é uma verba paga em parcelas dentre todos da comunidade. O Rotativo é que passa por várias famílias de acordo com a situação e a vontade de cada um. E solidário porque pode agregar mais famílias. (APA-TO, 2021).

O Fundo Rotativo Solidário Olho d'Água agora passa a ser uma experiência adotada pela comunidade para que, ao caminhar juntos, possam fazer frutificar e expandir os benefícios para toda a comunidade. A iniciativa é a primeira tentativa de experiência de se ter uma verba a ser investida e gerida pelas famílias, dentro de suas comunidades rurais ela nasceu a partir da doação de um tratorito realizado pela APA-TO. (APA-TO, 2021).

Outra prática na perspectiva do comum em torno da APA-TO como instituição fomentadora, foi a implantação da Feira da Agricultura Familiar da Vila Tocantins no município de Esperantina, em parceria com a COOAF-BICO.

A realização dessa feira tem a participação de diversos camponês e camponesa dos Projetos de Assentamento Pingo d'Água, Santa Cruz, Setor Campestre e Mulatos que se organizam e levam para a feira uma diversidade de produtos produzidos no próprio município, mostrando a riqueza que vem da terra. (APA-TO, 2021).

A presidente da COOAF-BICO, Maria Senhora<sup>34</sup> expõe que:

Agora a população de Esperantina poderá contar com produtos vindo direto da roça, todos os domingos, pela parte da manhã, na Vila Tocantins. Mas, a intenção é multiplicar essa iniciativa para outros pontos do município. (APA-TO, 2021).

---

<sup>33</sup> Entrevista oral concedida pelo representante da Comunidade Olho d'Água, no Município de São Miguel -TO, Senhor Cosmo Nunes da Paixão, disponibilizada pelo site da APA-TO.

<sup>34</sup> Entrevista oral concedida pela Presidente do Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina, Dona Maria Senhora da Silva, disponibilizada pelo site da APA-TO.

A iniciativa, resultado da parceria da APA-TO com a COOAF-BICO e do o apoio da Brazilfoundation, Fastenopfer, Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina e da Prefeitura Municipal de Esperantina-TO, que cedeu o espaço para os camponeses realizarem a feira, surgiu com o propósito de criar novos espaços de comercialização para os camponeses e camponesas vinculados na cooperativa e proporcionar a população local, alimentos naturais e saudáveis, direto do camponês e camponesa e com isso, contribuir para a geração de renda e dinamização da economia local. (APA-TO, 2021).

Do mesmo modo, nos dias 25 e 26 de maio de 2023, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (CMADRS)<sup>35</sup>, em parceria com

---

<sup>35</sup> O CMADRS do Município de São Miguel do Tocantins-TO, é integrante aos Sistemas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

Compete ao CMADRS: I - Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal, órgãos e entidades governamentais e não governamentais voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento rural sustentável; II - Participar dos processos de construção, execução e controle social das políticas e programas de meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das entidades de representação da sociedade civil e governamentais de meio ambiente e de desenvolvimento rural sustentável na discussão e elaboração dos planos municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma a que este, em relação às necessidades dos agricultores (as) familiares; seja economicamente viável, politicamente correto, socialmente justo e ambientalmente adequado; III - Acompanhar e avaliar, de forma efetiva e permanente, a execução dos planos municipal meio ambiente e de desenvolvimento rural sustentável, bem como de programas, ações e políticas ans as temáticas de responsabilidade do CMADRS; IV - Articular o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelos Poderes Executivo, Legislativo municipal, órgãos, entidades públicas e privadas, de forma que suas ações privilegiem o meio ambiente e o desenvolvimento rural sustentável do Município; V -Sugerir ao Executivo Municipal, aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária sustentável e para geração de emprego e renda no meio rural; VI -Formular e sugerir políticas públicas e diretrizes junto aos poderes Executivo e Legislativo municipal para fundamentar ações de apoio ao meio ambiente e à produção; ao fomento agropecuário; à regularidade da produção, distribuição e consumo de alimentos no município; à preservação/recuperação do meio ambiente e à organização dos agricultores (as) familiares, buscando a sua promoção social; VII - Articular com outros conselhos, órgãos e instituições que realizam ações que tenham como objetivo a consolidação da cidadania no meio rural; VIII -Articular com os COMMA e CMDRS dos municípios vizinhos visando à construção de planos regionais de meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável; IX -Articular com os organismos públicos estadual e federal a compatibilização entre as políticas municipais e regionais e as políticas estadual e federal voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento rural sustentável; X - Articular para a inclusão dos objetivos e ações do plano municipal de meio ambiente e de desenvolvimento rural sustentável no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); XI -Articular com o CEMA e o CEDRUS para que estes apoiem a execução dos projetos que compõem os planos municipais de meio ambiente e de desenvolvimento rural sustentável; XII -Articular a adequação das políticas públicas estadual e federal às necessidades locais da Reforma Agrária, na gestão, no ordenamento e na regularização fundiária na perspectiva de meio ambiente e de desenvolvimento rural sustentável; XIII - Contribuir para redução das desigualdades de gênero, geração e etnia, estimulando a participação de

a Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins e a APA-TO, realizaram no município de São Miguel do Tocantins-TO, a Feira da Agricultura Familiar, com a comercialização de produtos da agricultura familiar de comunidades tradicionais e camponesas da região e que também teve a participação de camponesas da Comunidade Olho d'Água, e no dia seguinte foi realizado o I Seminário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Familiar, tendo como tema: Desafios para a dinamização da agricultura familiar, produção sustentável e sucessão rural.

Iniciativas como esta fazem com que as comunidades tradicionais e camponesas da região do “biquinho”, tenham seus produtos cada vez mais valorizados, além do mais, encorajam os camponeses e camponesas a continuar lutando pelo seu território e sua subsistência.

Com a feira realizada em São Miguel do Tocantins-TO, podemos perceber o entusiasmo e conquista pelos agricultores e agricultoras da região, ainda mais com o apoio da APA-TO, as comunidades tradicionais e camponesas sentem-se mais seguras em comercializar seus produtos com qualidade, advindos da técnica de agricultura e fomento que a APA-TO desenvolve nas comunidades do “biquinho”.

---

mulheres, jovens e de povos e comunidades tradicionais no CMADRS; XIV -Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atuação na proteção ao meio ambiente e na promoção do desenvolvimento rural sustentável; XV -Analisar o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/Rima), para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, de iniciativa pública ou privada; VI - Convocar audiências públicas, nos termos da legislação; VII -Formular as diretrizes e aprovar o plano de aplicação dos recursos de Meio Ambiente; VIII -Propor e incentivar ações de caráter educativo, visando conscientizar e informar a população sobre os objetivos, os problemas e as ações locais relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento ambiental sustentável; IX - Elaborará e/ou atualizará Regimento Interno IX- Opinar a respeito de qualquer alteração, revisão, regulamentação, decretos ou normas referentes à presente Lei ou dela decorrente. (SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, 2022).

Figura 21 - Produtos da agricultura familiar sendo comercializados em São Miguel do Tocantins



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023).

O I Seminário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Familiar, realizado no dia 26 de maio de 2023, teve como foco desenvolver debates e trocas de experiências numa perspectiva de construir e fortalecer a agroecologia na região. Em que puderam dialogar sobre os diferentes tipos de conflitos no campo, da luta contra o uso de agrotóxicos, assim como discussões acerca dos problemas ambientais e do clima que toda a região de São Miguel do Tocantins-TO tem enfrentado.

Figura 22 - I Seminário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Familiar realizado em São Miguel do Tocantins



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023).

Segundo a assessora técnica da APA-TO, senhora Selma Yuki Ishii<sup>36</sup>, frisa que:

Uma das importâncias dessa feira é que traz para os consumidores produtos obtidos a partir da conservação e valorização da cultura e dos recursos naturais locais, como polpas de frutas (figura 23), mel, macaxeira, mesocarpo, azeite, farinha, tapioca, pimenta, abóbora, plantas medicinais dentre tantos outros produtos, ofertando à todos os sabores e saberes que vem da terra. (APA-TO, 2021).

---

<sup>36</sup> Entrevista oral concedida pela técnica de campo da APA-TO, Senhora Selma Yuki Ishii, disponibilizada pelo site da APA-TO.

Figura 23 - Polpas de frutas para serem comercializadas



Fonte: Fotografia tirada por Dyego Pessego (2023).

Figura 24 - Licor de frutas para serem comercializados



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023).

Por outro lado, ainda tratando sobre a assistência técnica e incentivos que a APA-TO viabiliza às comunidades tradicionais e camponesas, foi inaugurada no ano de 2014 a Barraca do “Babaçu é Vida”, na Feira do Produtor no Município de São Miguel do Tocantins-TO. A proposta da iniciativa é resultado da parceria da APA-TO com a ASMUBIP, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. (APA-TO, 2021).

A senhora Luzanira Ferreira Lima<sup>37</sup>, coordenadora geral da ASMUBIP endossa que “a Barraca Babaçu é Vida”, vai contribuir para fortalecer o extrativismo do babaçu, com a preservação dos babaçuais e a valorização da cultura e dos produtos produzidos pelas quebradeiras de coco.” (APA-TO, 2021).

Na inauguração, os consumidores puderam experimentar a vida que vem dos babaçuais com a degustação do mingau e bolo de mesocarpo. Mostrar para a sociedade porque babaçu é vida, também é a outra intenção deste trabalho, que faz parte de uma campanha que tem como chamamento os slogans “Babaçu é Riqueza. Riqueza é Vida!. Babaçu é Cultura. Cultura é Vida!. Babaçu é Natureza. Natureza é Vida!. Babaçu é Liberdade. Liberdade é Vida!”. (APA-TO, 2021).

O assessor técnico da APA-TO, senhor João Palmeira Júnior<sup>38</sup> destacou:

Esta iniciativa está gerando vida não só para as quebradeiras de coco, mas também para sociedade em geral, porque o azeite artesanal, o mesocarpo, o carvão da casca, as verduras, os temperos, a farinha, o milho verde, a macaxeira e tantos outros produtos comercializados na barraca Babaçu é Vida são produzidos com a preocupação de garantir a qualidade e de não contaminar o meio ambiente e a saúde de quem os produz e consome. (APA-TO, 2021).

Como tudo se aproveita do coco babaçu, do epicarpo<sup>39</sup> se faz o carvão, (figura 25) que serve para consumo próprio das famílias no aquecimento dos fogões à lenha ou para venda no mercado local.

---

<sup>37</sup> Entrevista oral concedida pela coordenadora geral da ASMUBIP, Senhora Luzanira Ferreira Lima, disponibilizada pelo site da APA-TO.

<sup>38</sup> Entrevista oral concedida pelo técnico de campo da APA-TO, Senhor João Palmeira Júnior, disponibilizada pelo site da APA-TO.

<sup>39</sup> O epicarpo ou casca, também denominado pelas quebradeiras de coco como “capela do coco” constitui 11% do peso do fruto, pode ser usado como biomassa para produção de biocombustível ou para queima direta em caldeiras. É constituída de fibras de excelente qualidade, sendo a fonte de fibras para o presente trabalho. O mesocarpo ou polpa (massa que fica entre o epicarpo e o endocarpo), rico em amido e fibras, pode ser utilizado para fazer farinha, rações ou ainda biocombustível. O endocarpo, que constitui 59% do peso do fruto, produz um carvão de excelente qualidade com poder calorífico superior ao carvão metalúrgico, sendo produzido e utilizado em várias regiões do nordeste brasileiro. As amêndoas correspondem a 7% do peso do fruto e produzem óleo de excelente qualidade com características similares ao óleo de coco (rico em ácido láurico). Tal similaridade permite seu uso em cosméticos e alimentos. (FRANCO, 2010, p. 22-23).

Figura 25 - Carvão de coco babaçu



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (2021).

Sob outra perspectiva, das práticas na perspectiva do comum em torno da APA-TO, a senhora Emília Alves da Silva Rodrigues<sup>40</sup> que vive há mais de 46 anos na cidade de São Miguel do Tocantins-TO, declarou que desde que chegou, em 1971, viu muita coisa mudar onde ela mora. Logo no início, era praticamente tudo mata virgem, não tinha capoeira e as famílias que por lá chegavam faziam casas e roças onde achavam melhor. (APA-TO, 2021).

Porém, o tempo foi passando e as coisas foram se complicando, porque a área começou a ser “terra de dono”, que muitas vezes não deixava quem já estava no local antes de continuar a trabalhar e viver. Muitas famílias, inclusive a da senhora Emília,

---

<sup>40</sup> Entrevista oral concedida pela camponesa, Senhora Emília Alves da Silva Rodrigues, disponibilizada pelo site da APA-TO.

chegaram a ser expulsas da região e tiveram que passar até dois anos fora daquela terra. Mas depois de muita luta e esperança, em 1988, foi criado o Projeto de Assentamento Pontal, que hoje é local de moradia, motivo de orgulho e garantia de produção para 27 famílias. (APA-TO, 2021).

Viúva há três anos e com todos os filhos e netos criados, a senhora Emília vive hoje na companhia de uma de suas netas e tira o seu sustento de dentro do próprio quintal. Com muita disposição, ela trabalha dia e noite quebrando coco babaçu, criando galinhas e cuidando com carinho da sua horta. Mas a horta da senhora Emília não é uma horta qualquer. É uma horta agroecológica! (APA-TO, 2021).

Foi com a ajuda da APA-TO que a senhora Emília começou a trabalhar com a agroecologia e, hoje em dia, ela não troca isso por nada. Para ela, trabalhar a terra, reconhecer sua identidade de camponesa agroecológica, é algo que traz muita dignidade. (APA-TO, 2021).

Segundo a senhora Emília a agroecologia é uma escola. “Cada dia que você trabalha, você aprende”. (APA-TO, 2021). Antes, ela costumava usar adubo químico para ajudar as hortaliças a descerem, mas foi percebendo que o efeito era muito temporário e, ainda por cima, transformando a terra em pó. Hoje a senhora Emília sabe que é melhor usar adubos naturais, como o esterco de gado, galinha e de palmeira. (APA-TO, 2021).

Com eles, as plantas crescem fortes e o solo fica escuro, fofo o tempo inteiro, além de ter a certeza que seus alimentos não estão sendo contaminados com veneno. Sem o solo sadio, o cheiro verde, o quiabo, a abóbora, o coentro, a cebolinha, a couve, o tomate, o gengibre e a pimenta da horta da senhora Emília não conseguiriam se desenvolver bem. Por isso, além de se preocupar com o adubo que coloca nos canteiros, ela também aproveita as folhagens das árvores que tem no quintal para fazer a cobertura da terra. Além de também ajudar o solo a recuperar seus nutrientes, a cobertura mantém a umidade por mais tempo. (APA-TO, 2021).

Um exemplo disso é o cultivo da cebolinha, que antes não podia passar um dia sem ser regado que já sofria muito, e hoje em dia, com a ajuda das folhagens, pode aguentar até três dias com a mesma rega. E não são só esses os benefícios de fazer a cobertura dos canteiros, Emília foi percebendo também que, com a folhagem na terra, o mato não cresce em volta dos cultivos e isso fez com que ela ganhasse até mais tempo para se dedicar a outras atividades, já que não precisa mais capinar os canteiros. (APA-TO, 2021).

Sem dúvidas, a horta agroecológica da senhora Emília trouxe mais qualidade de vida para ela e para sua família. Além de consumir um alimento sadio e de qualidade, ela ainda consegue vender seus produtos na feira da cidade, o que leva saúde também para outras famílias e garante a renda do mês. (APA-TO, 2021).

Figura 26 - Produtos orgânicos sendo comercializada na feira de São Miguel do Tocantins



Fonte: Fotografia tirada por Wanderson Rodrigues (2023).

E não foi só na renda e na saúde que a horta fez diferença, trabalhar com as hortaliças trouxe também para a senhora Emília algo que não tem preço: a autonomia! Foi com o trabalho na terra que ela foi se tornando cada vez mais livre, foi aprendendo a ter independência e, com o dinheiro que junta, não depende de ninguém. Para ela, ser mulher autônoma, que faz a sua renda, que vive a sua vida, que não precisa dar satisfação para ninguém, é bom demais. E com muita firmeza ela diz: “Depois que eu comecei a trabalhar, eu renasci”. (APA-TO, 2021).

A horta agroecológica foi tão marcante para a vida de Emília que ela sonha em desenvolver seus cultivos cada vez mais, sempre pensando no bem-estar da sua

família e da sua comunidade, pela qual ela sente um carinho muito especial. E ela com certeza já está realizando esse sonho, uma vez que, a partir da sua experiência, mais quatro famílias do projeto de assentamento começaram a produzir em seus próprios quintais.

Uma prática bastante costumeira na região do chamado “biquinho” em parceria com a Instituição Âncora, é o cultivo de com sementes crioulas. Na Comunidade Olho d’Água, o senhor Cosmo Nunes da Paixão<sup>41</sup>, que vive na terra que foi de seus pais, cultiva as mesmas sementes que o pai plantava há cinquenta anos. Ele conta que as variedades foram enviadas para os povos indígenas Krahô-Kanela e Xerente, e são cultivadas desde quando a família chegou à região. São plantadas, colhidas, reservadas e novamente semeadas, ano após ano. O intercâmbio de sementes crioulas entre agricultores e povos indígenas do Tocantins é promovido pela APA-TO e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). (APA-TO, 2021).

Cosmo destaca que envia as sementes de um milho especial, um milho forte e resistente, que pode ser consorciado com outras variedades, como a fava, ainda relatou que o inhame sucuri que enviou para os povos indígenas pode chegar a pesar até 10kg. (APA-TO, 2021).

Além disso, o senhor Cosmo completa:

Nós plantamos toda variedade dentro. Por que nós gostamos dele? Porque ele é um milho que é forte, você pode plantar fava nele e ele não quebra. Ele não cai com a fava, a fava enrola nele, ele seca e a fava bota. Então, esse milho, nós costumamos plantar ele por que ele não anda apodrecendo, não anda dando lagarta, borboleta. (APA-TO, 2021).

As sementes crioulas<sup>42</sup> são cultivadas pelas comunidades tradicionais e camponesas há décadas, essas sementes são selecionadas anualmente e geralmente estão bem adaptadas ao ambiente, além de apresentarem uma vantagem ante às sementes híbridas ou transgênicas. As sementes transgênicas ou híbridas são elaboradas para se desenvolverem mediante a um pacote tecnológico de agrotóxicos e fertilizantes e que necessita ser comprado todo ano. Esse compartilhamento garante

---

<sup>41</sup> Entrevista oral concedida pelo representante da Comunidade Olho d’Água, no Município de São Miguel -TO, Senhor Cosmo Nunes da Paixão, disponibilizada pelo site da APA-TO.

<sup>42</sup> A Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências, em seu artigo 2º, inciso XVI assegura que sementes crioulas são variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais. (BRASIL, 2003).

a manutenção dessas variedades e fortalece os agricultores camponeses. (APA-TO, 2021).

Segundo o senhor Cosmo, o cultivo dessas sementes é feito com afetividade:

A gente manda carinhosamente essas sementes. Quando a gente perde uma semente é uma coisa que a gente fica preocupado, com esses transgênicos que eles estão trazendo pra gente plantar, que todo ano a gente tem que comprar. Eu tô com a idade bem avançada, não sei se ano que vem eu ainda vou plantar o milho... Mas quando a gente repassa sementes para outros irmãos, a gente tem a garantia que a semente não vai se acabar na nossa região. (APA-TO, 2021).

Outrossim, no Projeto de Assentamento Mulatos, situado no Município de Esperantina-TO, mais conhecido simplesmente por PA Mulatos, onde desde 1991, ano de sua criação, aproximadamente 64 famílias moram e trabalham todos os dias. Porém, para quatro dessas famílias, a sexta-feira é um dia diferente dos outros da semana. É neste dia que as famílias dos senhores Antônio Conceição dos Santos de Souza, Natanael Oliveira da Cunha, Itamar Bispo dos Santos e Francisco Rodrigues da Silva se reúnem para fazer um mutirão que tem um objetivo muito claro: melhorar a produção de hortaliças. (APA-TO, 2021).

Figura 27 - Triturando as folhas para adubar o solo



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins, 2021.

Este esquema de trabalho, onde algumas famílias se juntam e formam um grupo produtivo, é uma prática antiga na região, mas que, com o passar do tempo, foi se perdendo. Felizmente, as famílias do Antônio, do Natanael, do Itamar e do Francisco perceberam a necessidade de se organizarem para retomar o mutirão e já faz aproximadamente dois meses que eles vêm acontecendo novamente. (APA-TO, 2021).

Como há quatro famílias no grupo e o mutirão ocorre uma vez por semana seguindo um sistema de rodízio, todo mês, cada família recebe o mutirão em sua casa pelo menos uma vez. Além das sextas-feiras do mutirão, de vez em quando as famílias também combinam entre si algum outro dia para se reunir para pensar o que tem sido positivo e o que ainda pode ser melhorado para ajudar a todos. (APA-TO, 2021).

Mas de que maneira o mutirão pode ajudar a melhorar a produção? A resposta é simples e pode ser resumida em uma frase muito conhecida: a união faz a força! Se uma família sozinha, em um dia, consegue levantar no máximo dois canteiros, no

mutirão, com a ajuda de mais três famílias, esse número já sobe para cinco ou seis canteiros. Em um dia de mutirão, praticamente todo o trabalho de cuidado com a horta é feito: a área que vai receber os plantios é limpa e capinada (figura 28), a terra é arada, os canteiros são levantados, o material para fazer a cobertura do solo é triturado (figura 27) e, caso já tenha mudas disponíveis, também é feito o plantio. Assim, a família que recebe o mutirão em sua casa fica com mais tempo livre para poder se dedicar a outras atividades e precisa se preocupar apenas em regar as hortaliças e manter os cuidados com a horta, porque a parte mais exigente do trabalho já foi realizada pelo grupo. (APA-TO, 2021).

Mas esse não é o único benefício do mutirão, além de haver união de forças para o trabalho, tem também união de saberes. As quatro famílias falam muito sobre a importância do mutirão para a troca de aprendizado. São famílias diferentes que fazem parte do grupo e, portanto, são também diferentes os modos de vida, as experiências, os conhecimentos que cada uma tem e, dessa maneira, no trabalho conjunto, cada um vai dizendo o que sabe e as quatro vão aprendendo como cuidar melhor da terra, o que fazer para melhorar o solo ou para economizar água na irrigação.

Figura 28 - Capinando a terra para receber o plantio de hortaliças



Fonte: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (2021).

E as mudanças que o trabalho em mutirão traz já estão sendo percebidas pelas quatro famílias do grupo produtivo. Para todas elas, aumentou a segurança alimentar, porque agora a garantia de ter um alimento saudável em casa, produzido sem veneno,

é bem maior. Fora disso, o mutirão ajudou demais na produção de excedente, porque além de não faltar comida para cada uma das famílias e de economizar dinheiro por não precisarem comprar fora, ainda é possível gerar renda extra a partir da venda dos produtos na feira. (APA-TO, 2021).

Para isso, o cultivo das hortaliças é muito bem pensado pelas famílias do Antônio, do Natanael, do Itamar e do Francisco. Elas combinam os tempos e tipos dos cultivos entre si para que sempre todas tenham algo diferente para oferecer na feira e, desse jeito, todo mundo sai ganhando. Da mesma maneira que o trabalho, os sonhos das quatro famílias do grupo produtivo do PA Mulatos também são grandes e coletivos. Todas elas alimentam o desejo que outras famílias da comunidade se inspirem nessa experiência de compartilhamento de forças e saberes para que o mutirão cresça cada vez mais, sendo sempre sinal de melhoria da qualidade de vida, de resistência e de luta para um povo que, mesmo sendo sempre colocado à margem e enfrentando diversas dificuldades, faz jus ao nome da cidade onde vive por sempre manter acesa a chama da esperança no coração. (APA-TO, 2021).

As melhorias nas comunidades tradicionais e camponesas provenientes das práticas do comum, assessoradas pela APA-TO, ilustram de maneira concreta como abordagens colaborativas e sustentáveis podem gerar impactos positivos duradouros. Essa cooperação entre a APA-TO e as comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho” é um exemplo inspirador de como a união de esforços pode criar um ambiente propício para o desenvolvimento humano, a conservação ambiental e o fortalecimento das tradições culturais.

Por meio dessas práticas, as comunidades tradicionais e camponesas estão colhendo os benefícios da gestão sustentável da terra e das riquezas naturais. A colaboração com a APA-TO trouxe conhecimento técnico e científico para complementar os saberes tradicionais, resultando em melhores técnicas agroecológicas, manejo de recursos e conservação da biodiversidade.

Além disso, essas práticas estão contribuindo para a melhoria das condições de vida nas comunidades. O fortalecimento da segurança alimentar, o acesso a fontes de renda mais estáveis e a promoção do empoderamento das mulheres são exemplos claros das transformações positivas que estão ocorrendo.

No entanto, para que essas melhorias sejam sustentáveis, é importante que haja um compromisso contínuo em fornecer suporte, tanto em termos de acesso a

recursos quanto de capacitação. Isso garantirá que as comunidades possam construir sobre os sucessos já alcançados e continuar a prosperar a longo prazo.

Enfim, as melhorias nas comunidades tradicionais e camponesas provenientes das práticas do comum, assessoradas pela APA-TO, destacam a importância de abordagens integradas e colaborativas para o desenvolvimento sustentável. Essa cooperação não apenas fortalece as comunidades, mas também serve como um exemplo inspirador de como é possível construir um futuro onde a natureza e as pessoas prosperem em harmonia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certo, como abordado nessa pesquisa a perspectiva do comum nas práticas socioterritoriais da região do chamado “biquinho”, no âmbito da atuação da APA-TO, trata-se de uma abordagem inovadora que destaca a importância da colaboração, da sustentabilidade e do empoderamento das comunidades tradicionais e camponesas. Essa perspectiva não apenas reconhece a interconexão entre as pessoas e o ambiente, mas também coloca a ênfase no compartilhamento de conhecimento, recursos e responsabilidades para alcançar objetivos comuns, como evidenciado por Dardot e Laval (2017).

Mediante a teoria tratada por Dardot e Laval (2017), percebe-se que as práticas socioterritoriais no “biquinho” estão promovendo o uso responsável das riquezas naturais, a conservação da biodiversidade e o fortalecimento das comunidades locais. A colaboração entre a APA-TO e as comunidades do “biquinho”, fica evidente que as soluções sustentáveis emergem quando se combinam saberes tradicionais, experiências práticas e conhecimentos científicos.

Além disso, essa perspectiva ressalta o papel central das comunidades na tomada de decisões e na gestão de suas próprias terras e recursos. Isso contribui para a autonomia, o empoderamento dos camponeses e camponesas e a promoção da equidade de gênero, à medida que as mulheres também desempenham um papel crucial nesse processo.

Para que a perspectiva do comum continue a trazer benefícios significativos, é vital que haja apoio contínuo em termos de políticas públicas, recursos e capacitação. A expansão e a replicação desse modelo podem resultar em melhorias ainda mais amplas nas condições de vida das comunidades e na conservação do ambiente.

As práticas socioterritoriais do “biquinho”, em colaboração com a APA-TO, é um exemplo vívido de como a colaboração e a sustentabilidade podem guiar o desenvolvimento humano e ambiental. Essa abordagem oferece uma visão esperançosa de um futuro onde as comunidades prosperam, os ecossistemas são preservados e a interconexão entre as pessoas e a natureza é reconhecida e valorizada.

Estas práticas representam uma abordagem que vai além do mero manejo de riquezas naturais. Ela incorpora uma compreensão profunda da relação entre as pessoas e o ambiente, destacando a importância de colaborar e compartilhar responsabilidades para alcançar resultados sustentáveis.

Quando tratamos do termo "comum", nos referimos além, quando destacados por Dardot e Laval (2017), pois o "comum" são recursos que são coletivamente gerenciados e compartilhados pelas comunidades. Isso inclui não apenas as riquezas naturais, como a terra e a água, mas também o conhecimento tradicional, as práticas culturais e as redes de apoio social. A abordagem do comum reconhece que esses elementos estão interligados e devem ser geridos de maneira holística.

Uma das características centrais dessa perspectiva é o papel ativo das comunidades tradicionais e camponesas no processo de tomada de decisões. Ao envolver as pessoas que vivem nas áreas afetadas, a abordagem do comum garante que as soluções propostas sejam contextualizadas e relevantes para as necessidades e desafios específicos enfrentados por essas comunidades. Isso promove um senso de pertencimento e empoderamento, permitindo que as pessoas se tornem agentes de mudança em suas próprias vidas.

No caso específico das práticas socioterritoriais do "biquinho" e a atuação da APA-TO, essa perspectiva tem se traduzido em uma série de benefícios concretos. A colaboração entre a instituição e as comunidades do "biquinho" tem levado a práticas agroecológicas mais sustentáveis, melhores técnicas de manejo das riquezas naturais e ao fortalecimento das relações sociais e culturais.

Essa abordagem também enfrenta desafios. É necessário superar obstáculos como a falta de acesso a recursos, a pressão econômica e a necessidade de apoio contínuo para garantir que as melhorias sejam sustentáveis a longo prazo.

A perspectiva do comum nas práticas socioterritoriais do "biquinho" é um modelo que destaca a importância da colaboração, do conhecimento compartilhado e do empoderamento comunitário. Essa abordagem pode ser vista como um caminho promissor para enfrentar desafios complexos que envolvem questões sociais, ambientais e culturais. Ela ressalta a interligação entre as pessoas e a natureza, oferecendo uma visão de um futuro onde a harmonia entre os dois é uma realidade tangível.

Em um mundo em constante transformação, onde a busca pela harmonia entre a natureza e a sociedade se torna cada vez mais imperativa, a APA-TO emerge como um espaço fundamental para a preservação e promoção das práticas socioterritoriais no "biquinho". Este estudo buscou lançar luz sobre a complexa teia de interações que define essa região e explorar a perspectiva do comum como um conceito crucial para compreender seu futuro.

O “biquinho” revelou-se um território rico em diversidade, não apenas em sua biodiversidade singular, mas também na multiplicidade de atores e práticas que o moldam. Através das lentes da perspectiva do comum, pudemos vislumbrar a importância de se compartilhar responsabilidades, recursos e interesses na busca por um equilíbrio sustentável. As comunidades locais, as instituições governamentais e as organizações da sociedade civil têm um papel essencial a desempenhar nesse processo.

No entanto, as práticas socioterritoriais no “biquinho” enfrentam desafios significativos, desde as ameaças à biodiversidade até as tensões resultantes de diferentes visões de desenvolvimento. É imperativo que todas as partes interessadas colaborem em busca de soluções que respeitem os direitos das comunidades locais e preservem o patrimônio natural da região.

À medida que avançamos no século XXI, a noção do comum se torna ainda mais relevante, pois nos instiga a pensar em termos de coletividade, interdependência e sustentabilidade. A APA-TO é um laboratório vivo para a aplicação desses princípios, e é nossa responsabilidade proteger e fortalecer essa área como um espaço compartilhado de aprendizado e conservação.

A perspectiva do comum oferece uma abordagem promissora para as práticas socioterritoriais no “biquinho”. Ao reconhecer a importância da colaboração, da inclusão e do respeito mútuo, podemos forjar um futuro onde o equilíbrio entre humanos e natureza seja alcançado de forma sustentável e duradoura. Que este estudo sirva como um ponto de partida para a contínua exploração e promoção das práticas do comum em prol da beleza e da vitalidade do “biquinho” e de todas as regiões que enfrentam desafios semelhantes em nosso planeta.

Com base na pesquisa verificou-se que a região do chamado “biquinho” no contexto do Bico do Papagaio abriga comunidades tradicionais e camponesas que enfrentam desafios e oportunidades únicas relacionados ao acesso à terra, formas de produção, comercialização e divulgação.

Compreende-se que a APA-TO desempenha um papel essencial como instituição fomentadora ao promover a colaboração entre as comunidades tradicionais e camponesas e ao fornecer apoio técnico e financeiro. Através de treinamentos, capacitações e incentivos, a APA-TO contribui para o fortalecimento das práticas agroecológicas sustentáveis e para a promoção do desenvolvimento rural. Essa parceria entre as comunidades e a APA-TO cria uma sinergia valiosa, permitindo a

troca de conhecimentos tradicionais com técnicas modernas, resultando em práticas agroecológicas mais eficientes e resilientes.

Através da APA-TO, nota-se que esses grupos demonstram que é possível alcançar resultados positivos por meio de uma abordagem colaborativa. Eles mostram que a agricultura sustentável não é apenas viável, mas também benéfica para a saúde do solo, dos ecossistemas e das comunidades tradicionais e camponesas.

A unidade do trabalho entre as comunidades tradicionais e camponesas junto à APA-TO é um modelo a ser celebrado e ampliado. Ao combinar conhecimentos, práticas e esforços, esses grupos estão contribuindo para um futuro onde a agricultura sustentável é uma realidade, a segurança alimentar é garantida e as comunidades prosperam em harmonia com a natureza.

Ao longo da pesquisa foi evidenciado que as comunidades tradicionais e camponesas do “biquinho”, por meio de suas práticas revelaram resiliência e sabedoria, mas para que essas situações continuem, sempre há espaços para melhorias que possam impulsionar seu desenvolvimento e bem-estar.

Quanto ao acesso à terra, é necessário realizar mapeamentos participativos das terras das comunidades tradicionais e camponesas, envolvendo moradores na identificação e delimitação das áreas de uso comum, tal como a troca de conhecimentos tradicionais e técnicos entre as gerações, incentivando a aprendizagem contínua.

Estabelecer feiras e mercados locais que conectem diretamente produtores com consumidores, fortalecendo a economia local, que neste aspecto poderá criar uma marca coletiva que represente a qualidade e a autenticidade dos produtos das comunidades, aumentando seu valor de mercado.

Organizar eventos culturais e festivais que celebrem a rica herança cultural das comunidades tradicionais e camponesas e atraiam visitantes interessados em conhecer a história local. Posto isto, a APA-TO em conjunto aos camponesas e camponesas serão capazes de criar redes de comercialização que conectem as comunidades tradicionais e camponesas a mercados regionais e nacionais, ampliando suas oportunidades de venda, como também a realização de campanhas de *marketing* conjuntas que destaquem os produtos e a cultura das comunidades tradicionais e camponesas, tornando os produtos ainda mais atrativos para os consumidores.

A perspectiva do comum também pode influenciar a forma como as comunidades encaram a comercialização e a divulgação de seus produtos. Ao trabalharem juntas, as comunidades tradicionais e camponesas podem explorar estratégias de *marketing* coletivo, aumentando sua visibilidade e atraindo consumidores interessados em produtos provenientes de práticas sustentáveis.

Promover práticas sustentáveis e perspectivas econômicas mais amplas para comunidades tradicionais e camponesas no "biquinho" requer uma abordagem integrada que valorize o conhecimento local, promova a sustentabilidade que conecte essas comunidades a oportunidades de mercado. Essas sugestões representam um caminho para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável na região.

Portanto, a atuação da APA-TO junto às comunidades tradicionais e camponesas do "biquinho" é baseada na escuta ativa, na empatia e na construção de relações de confiança, como também na criação de um espaço onde a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico se complementem, permitindo que essas comunidades prosperem de maneira sustentável em sua rica paisagem socioterritorial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras Tradicionalmente Ocupadas - Processos de Territorialização e Movimentos Sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.6, N.1, maio. 2004.

ALTERNATIVAS PARA A PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS - APA-TO. **Programas e Projetos, 2021**. Disponível em: <https://www.apato.org.br/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: \_\_\_\_\_. NEAD Especial. **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Ellen F. Woortmann, Renata Menache, Beatriz Heredia (organizadoras). Brasília: MDA, 2006.

ARRAIS, Matheus Eurich. **A marcha para o oeste e o estado novo: A conquista dos sertões**. Brasília-DF, 2016. 17 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília 2016. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016\\_MateusEurichArrais\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

ASSUNÇÃO, L. **Quilombos: comunidades remanescentes** - RN. Depto. de Antropologia, UFRN. In: Revista Galante. Natal: Função Hélio Galvão. N. 17 - volume 03, nov. 2006.

BARROSO, Betânia Oliveira; FREITAS, Jullyana Almeida de; FIGUEIREDO, Lilian Rolim. **Quebradeiras de coco babaçu do estado do Maranhão: repertórios de luta e resistência**. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, ano 4, v.4, nº 12, jan./abr. 2021.

BRANDÃO, Carlos R. **O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto**. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Acevedo (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidade**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.39-53.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 6 maio. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 6 maio. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm). Acesso em: 01 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 19 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 143, de 2002. **Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-exposicaodemotivos-143060-pl.html>. Acesso em: 04 nov. 2022.

BRAZILFOUNDATION. 2023. **Programas suportados**. Disponível em: <https://www.brazilfoundation.org/programs-supported/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Título original: L'institution imaginaire de La société. (Paris, Le Seuil, 1975), p. 167.

CAMPOS, Francisco Itami. **Bases Sociais da Política Goiânia (1930-1964)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1985.

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do bico do papagaio**. 2015. 405 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **A história oculta da fofoca**. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

FORDFOUNDATION. 2023. **Missão**. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/about/about-ford/mission/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FRANCO, Francisco José Patrício. **Aproveitamento da fibra do epicarpo do coco babaçu em compósito com matriz epóxi: Estudo do efeito do tratamento da fibra**. Natal-RN, 2010. 77 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/12697/1/AproveitamentoFibraEpicarpo\\_Franco\\_2010.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/12697/1/AproveitamentoFibraEpicarpo_Franco_2010.pdf). Acesso em: 01 fev. 2023.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - FBB. 2023. **Ecoforte**. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/ecoforte>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FUNDO AMAZÔNIA - FA. 2023. **Projetos**. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO. 2017. **Programas e projetos**. Disponível em: [https://www.funbio.org.br/programas\\_e\\_projetos/acordo-bilateral-tfca/](https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/acordo-bilateral-tfca/). Acesso em: 11 fev. 2023.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração**. Revista Espaço Acadêmico, ano V, n.51, ago. 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial / de(s)colonial na América Latina**. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASO;

Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Guaracira Lopes Louro -11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo População Estimada, 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

INTER-AMERICAN FOUNDATION - IAF. 2023. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.iaf.gov/pt/quem-somos/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ISHII, Selma Yuki; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio; LIMA, Maria do Socorro Teixeira. **Sistematização da produção de azeite de babaçu no Bico do Papagaio - Tocantins**. Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – v. 13, nº 1, jul. 2018.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LENA, Milena Botelho Azevedo. **As lutas e conquistas das quebradeiras de coco do Bico do Papagaio em “Raimunda, a Quebradeira”**. Revista do curso de História de Araguaína - Economia e cultura dos Comuns amazônidas. v. 13, n. 2, 2021. p. 46-68.

LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e Sobre Dilemas da Participação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006. p. 31-64.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 9º ed. Editora Contexto. 2010. 344p. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmVuc2l2YXNvY2lhbGlzdGFjdHxneDo0YTnkMzhkNTdjOTNmMGRi>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MIRANDA, Alcir Gursen de. **O instituto jurídico da posse agrária**. Belém: CEJUP, 1992. p. 97

MISEREOR GEMEINSAM GLOBAL GERECHT. 2023. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.misereor.org/pt/sobre-nos>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MONTEIRO, Edinalva Costa. **O Extrativismo do Babaçu e Sua Importância Socioeconômica, Ambiental e Cultural Para as Comunidades Alto da Liberdade e Patizal, Assentamento Pedra Preta, Município de Arame-Ma**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2020. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4500/1/EdinalvaMonteiro.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. 2022. **Objetivos**. Disponível em: <https://mst.org.br/objetivos/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: modernização e tradição**. 2010. 172 f. Dissertação (mestrado) -

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88747>. Acesso em: 01 mai. 2021.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. CRESTANI, Leandro de Araujo. STRASSBURG, Udo. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. v. 8, n 2, p. 104 - 134. 2014. Disponível em: <https://revistaideias.ufrj.br/ojs/index.php/ideias/article/view/160/159>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção Sobre Diversidade Biológica - 1992**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf). Acesso em: 23 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes. (Convenção nº 169)**. 27 jun. 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

PALMEIRA JÚNIOR, João. Roteiro de entrevista, [Entrevista cedida a] Dyego Martins Pessego. **Perspectivas do Comum nas Práticas Socioterritoriais do “biquinho” no Âmbito de Atuação da APA-TO**. Augustinópolis-TO, 12 jun. 2022.

PRAIA NORTE. Lei Municipal nº49/2003. Dispõe sobre a proibição de queimada desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu e sobre a preservação da área ribeirinha no município de Praia Norte, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Praia Norte. 2003**.

POLANYI, Kari. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, 1º semestre de 2008. p. 9-40.

POZZOLI, Thereza Christina. **Dicionário Balsa da língua portuguesa**. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária e a revolução brasileira – 1960**. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500- 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RAIMUNDA a Quebradeira de Coco. Direção: Marcelo Silva. Public Propaganda & Marketing. Palmas: TV Palmas Redesat Tocantins, 2007. YouTube.

RODRIGUES, Wanderson. **I Seminário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Familiar**. 2023. 8 fotografias.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de Histórias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Gleys lally dos; RATTS, Alex. Mulheres. **Territorialidades e Conflitos: Gênero na Fronteira Cerrado/Amazônia**. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 23 a 27 maio, 2011.

SANTOS, Juscelino Laurindo dos. **As Filhas das Palmeiras do Coco Babaçu: Memórias e Resistências nos Modos de Vida de Quebradeiras de Coco de São Miguel do Tocantins (TO)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Territórios) - Universidade Federal do Norte do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Territórios, Araguaína, 2021. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4308>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO MIGUEL DO TOCANTINS. Lei n. 197, de 07 de dezembro de 2022. Dispõe Sobre Reestruturação e Junção do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRS), do Município de São Miguel do Tocantins/TO, e dá Outras Providências. **Diário Oficial do Município de São Miguel do Tocantins**, São Miguel do Tocantins - TO, de 07 de dez. 2022. Disponível em: <https://saomigueldotocantins.to.gov.br/storage/Diarios/2022/610/Edicao-n-610-de-07-12-2022.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **A reconceituação do extrativismo na Amazônia: Práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco**. Dissertação de mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 1997. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento.

\_\_\_\_\_. **Babaçu Livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas**. In: Almeida, A. W. B. (Org). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/Balaios Typographia, 2001.

\_\_\_\_\_. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Joaquim Shiraishi Neto, (Org). Manaus: UEA, 2007.

SILVA, Francisco Gomes da. Roteiro de entrevista, [Entrevista cedida a] Dyego Martins Pessego. **Perspectivas do Comum nas Práticas Socioterritoriais do “biquinho” no Âmbito de Atuação da APA-TO**, Buriti do Tocantins-TO, 11 jun. 2022.

SILVA, Maria Senhora. Roteiro de entrevista, [Entrevista cedida a] Dyego Martins Pessego. **Perspectivas do Comum nas Práticas Socioterritoriais do “biquinho” no Âmbito de Atuação da APA-TO**. Esperantina-TO, 26 mai. 2023.

SOARES, Zaré Augusto Brum. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio - Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUSA, Elton Rodrigues de. **Estudo das práticas de mutirão: transformações no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, Estado do Maranhão**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 210.

\_\_\_\_\_. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCANTINS. Lei nº 1.959, de 14 de agosto de 2008. **Publicada no Diário Oficial nº 2713**. Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/11490.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.508 de 2 de agosto de 2019. **Publicado no Diário Oficial nº 5.411**. Institui o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Disponível em: [https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei\\_3508-2019\\_49654.PDF](https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_3508-2019_49654.PDF). Acesso em: 26 jun. 2022.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 172.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se negocia” o campesinato como ordem moral. Campesinato. Teoria Antropológica**. Categorias Urbanas. Simbólica do Contato. Gênero. Etnologia Indígena. Antropológico/87, 1990. p. 11-73.